



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Nathália Mota Rodrigues


Casas Flutuantes: O modelo hegemônico de modernização e a produção de um novo espaço no Morro da Providência

São Gonçalo

2015

Nathália Mota Rodrigues

CASAS FLUTUANTES: O MODELO HEGEMÔNICO DE MODERNIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO NO MORRO DA PROVIDÊNCIA.



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador (a) (es): Prof. Dr. Gelsom Rozentino

São Gonçalo

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Nathália Mota Rodrigues

Casas Flutuantes: o modelo hegemônico de modernização e a produção de um novo espaço no Morro da providência

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 29 de setembro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gelsom Rozentino (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Prof^a. Dra. Adriana Facina Gurgel do Amaral

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

São Gonçalo

2015

DEDICATÓRIA

Ao meu maior parceiro, Guilherme Campos, pelo apoio incondicional nessa jornada, sendo a minha maior fonte de motivação e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Gelsom Rozentino por ter sido extremamente receptivo, desde o nosso primeiro contato, sendo sempre muito atencioso e paciente com minhas solicitações.

Aos professores Sydenham Lourenço Neto e Adriana Facina pelas valiosas intervenções na Qualificação que certamente contribuíram para a amplitude do trabalho.

Às minhas irmãs, Bruna Mota Rodrigues e Débora Mota Rodrigues, que são a minha referência de vida, fazem parte de mim e, portanto, de todas as minhas conquistas.

Aos meus pais que por caminhos difíceis contribuíram muito para o meu crescimento.

Aos meus amigos de trabalho da escola de Seropédica que entre uma viagem e outra, no interminável deslocamento até o trabalho, contribuíram com ideias e reflexões importantes.

À Tais Tamer pelo apoio na leitura dos processos judiciais e a amizade de sempre.

Aos amigos Alex Carvalho e Cecília Silveira Rodrigues pelo carinho e diferentes formas de apoio que me conceberam. É um privilégio tê-los como parceiros de vida.

Aos moradores do morro da Providência que foram extremamente receptivos e se dispuseram a dividir suas histórias de vida, e me permitiram participar, em parte, dessa luta. Em especial, a Senhora Ester Aury Carvalho, pessoa de caráter ímpar, digna de admiração e que todos deveriam ter a oportunidade de conhecer.

RESUMO

Este trabalho procura mostrar os impactos das remoções forçadas no Morro da Providência, diante das diversas ações tomadas pela prefeitura, desde o início do “projeto de urbanização” proposto na favela, até o embargo da justiça para a continuidade das obras. Intervenções que tendem a transformar o espaço da favela, promovendo uma descaracterização desse lugar histórico, a partir de uma lógica mercadológica. Elucidar a construção de um modelo de reforma urbana que responde aos interesses do grande capital, transformando a cidade em mercadoria, utilizando um discurso midiático que transfere para a favela os motivos de uma urgente intervenção pública: ora por ser um local desassistido e carente de políticas públicas, ora por superdimensionar o termo área de risco às áreas ditas de ocupação irregular no morro. Para tanto, serão apresentadas o lugar do Morro da Providência na história urbana da cidade, as características do Projeto Porto Maravilha, seus objetivos e interesses, e as formas de resistência dos moradores que se sentem afetados com essas obras. Além das divergências internas que envolvem não apenas os moradores atingidos, mas diferentes representatividades da sociedade civil, tais como a Associação de Moradores, universitários e parlamentares. Tensão que se manifesta em constantes conflitos e negociações, em busca de uma unidade reivindicatória.

Palavras-chave: Remoções forçadas; Favela; Morro da Providência.

Abstract

This paper seeks to show the impacts of forced removals in Morro da Providencia (Providência Hill), on the various actions taken by the city, since the beginning of "urbanization project" proposed in the slum, to the embargo of justice to continue the works. Aims to elucidate the construction of an urban reform model that responds to the interests of big business, transforming the city into a commodity, using a media discourse that transfers to the favela the grounds of urgent public intervention: now to be a unattended and lacking site public policy, or by overstate the term risk area to said areas of illegal occupation on the hill. Therefore, Providence Hill the place will be presented in the urban history of the city, the characteristics of the Porto Maravilha Project, its goals and interests, and forms of resistance from residents who feel affected by these works. In addition to internal disagreements involving not only the affected residents, but different representativeness of civil society, such as Neighborhood Association, academics and parliamentarians. Tension that manifests itself in constant conflicts and negotiations, seeking a vindicatory unit.

Keywords: Forced evictions; Slum; Morro da Providência (Providência Hill).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Imagem da Ladeira do Barroso, 1870.....
Tabela 1 – Dados demográficos da população e domicílio no Morro da Providência e Pedra Lisa.....
Mapa 1 - Localiação geográfica do Morro da Providência na cidade do Rio de Janeiro.....
Mapa 2 - Identificação da Área de Especial Interesse Urbano (AEIU)
Ilustração 1 – Panfleto da Prefeitura explicando as vantagens dos CEPACs.....
Foto 2 - Anúncio de emprego no mural da Associação e Moradores da Providência.....
Foto 3 - Imóveis marcados pela SMH na região do Cruzeiro na Providência.....
Foto 4 - Imóveis que tiveram a marcação da SMH apagada, sem reparação.....
Foto 5 - Oratório da Providência – 2014.....
Ilustração 2 – Projeto Centro Histórico Cultural no Morro da Providência.....
Foto 6 - Interior do Oratório da Providência.....
Foto 7 - Teleférico da Providência – Estação Central do Brasil.....
Foto 8 - Laje da moradora Jura no dia da implosão da Perimetral.....
Foto 9 - Atual Bar da Jura, 2015.....
Foto 10 - Escadaria da Providência, 2015.....
Ilustração 3 - Revisão do projeto do Plano Inclinado.....
Foto 11 - Vista da escadaria da Providência e da Igreja Nossa Senhora da Penha.....
Foto 12 - Escadaria da Providência – 1870.....
Foto 13 - Escadaria da Providência – 2008.....
Foto 14 - Galpão de Artes na Rua Venezuela.....
Foto 15 - Antiga quadra poliesportiva da Praça Américo Brum.....
Foto 16 - Quadro de funcionamento disponível na Central do Brasil.....
Foto 17 - Cartaz informativo sobre o funcionamento do teleférico, disponível na estação da Central do Brasil.....
Foto 18 - Moradias precárias no alto da Providência.....
Tabela 1 - Tabela de realocações do Morro da Providência.....
Foto 19 - Muro alambrado na área do Sessenta, na Providência.....
Foto 20 - Lixo e entulho na região da Grotta.....
Foto 21 - Entulho gerado por remoção.....
Mapa 3 - Distância entre a Rua Nabuco de Freitas e o Morro da Providência.....

SUMÁRIO

	CAMINHOS PERCORRIDOS.....	10
	INTRODUÇÃO	13
1.	MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: ESPAÇO NOVO PRA QUEM?..	16
1.1	<u>Passos para Paes</u>	16
1.2	<u>Morro da Providência: onde nasce a favela</u>	18
1.3	<u>Remoção: ontem e hoje</u>	22
1.4	<u>As “maravilhas” do projeto</u>	28
1.4.1	<u>Maravilha de gentrificação</u>	31
2.	VIVENDO AS LADEIRAS DA PROVIDÊNCIA	36
2.1.1	<u>Casas Flutuantes: ameaças e incertezas</u>	36
2.1.2	<u>Cidadãos sem cidadania: “nós também queremos fazer parte do progresso”</u>	42
2.3	<u>Cultura não é mercadoria: argumentação histórica e legitimidade</u>	51
2.4	<u>Teleférico para inglês ver</u>	56
2.5	<u>O morro é uma área de risco</u>	60
2.6	<u>Justiça como resistência</u>	65
3.	DIVISÃO, RESISTÊNCIA E CONFLITO: QUANDO FALTA UNIDADE	71
3.1	<u>A luta por cidadania</u>	71
3.1.2	<u>O papel da Associação dos Moradores</u>	72
3.1.3	<u>Associação dos MoradoresxComissão de Moradores</u>	75
3.3	<u>Negociação e conflito: em busca de legitimidade</u>	76
	CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS	88

Caminhos Percorridos

Em um típico domingo de verão carioca, ao retornar da praia, recebi um convite, do então namorado de minha irmã na época, para almoçar em sua casa. E foi assim, de forma despropositada, o meu primeiro contato com o Morro da Providência.

Durante o percurso, o mesmo já sinalizara para o fato de estarmos “próximo” ao morro, mas que lá era tranquilo, por ser apenas a ladeira de acesso, não havendo maiores problemas. Já de início chamou a minha atenção a distinção espacial do que seria a favela e a não-favela empreendida por ele. E o quanto parecia importante frisar que não estávamos nos dirigindo, exatamente para uma, dialogando com uma representação social negativa construída sobre esse espaço ao longo dos anos.

Durante a subida, entre uma curva e outra nos deparávamos com kombis abarrotadas de pessoas que desciam e subiam em alta velocidade as ruas estreitas do Barroso. Ao questioná-lo se era sempre assim, o mesmo esclareceu que aos domingos o número de kombis era mais restrito e que elas andavam nessa velocidade mesmo para chegar mais rápido e pegar mais passageiros que os esperavam, em frente ao mercado 2001, na Rua Senador Pompeu.

Alex morava com seus pais e a única irmã na Ladeira do Barroso, número 131. Nesse dia, apenas sua mãe, Dona Ester, estava a nos esperar. Ao conhecê-la iniciamos várias conversas sobre a família, sua chegada ao morro e o cotidiano na Providência. O maior relacionamento de minha irmã estreitou também a minha convivência na Providência, sobretudo, com a Dona Ester que agora, não precisava mais do uso de “Dona”.

O seu casamento foi no mesmo ano que eu entraria na faculdade de história da UFF e cada vez mais me via envolvida com assuntos que tocavam a realidade da favela e todo o imaginário construído em torno de sua história. E muitas vezes, me via como objeto de estudo, fazendo parte de um verdadeiro laboratório social. Anteriormente, a favela representava um mundo muito distante da minha realidade de classe média, segundo critérios do IBGE, e moradora da Zona Sul carioca. E talvez, por esse motivo, tinha tanta curiosidade em desnudá-la.

No segundo semestre do ano letivo de 2009, cursei com a professora Denise Rollemberg a disciplina instrumental de História Oral que tinha por objetivo debater as relações entre memória e história, bem como analisar os autores que faziam o uso da História Oral nas análises de seus temas. O trabalho final sugerido foi uma entrevista com

toda e qualquer pessoa a escolha dos alunos. Não pensei duas vezes. Resolvi entrevistar a Ester.

Diante de tantas conversas sobre sua trajetória e relação com o “Barroso”¹ - sim, porque para ela o morro da Providência começaria de fato, a partir da subida dos 162 degraus que separam as Ladeiras do Barroso, Farias e Livramento da parte elevada – me “peguei” vivenciando a entrevista. Considerando o valor da experiência e longe de qualquer imparcialidade plena, confesso a dificuldade de não ser tocada por essas memórias, ao analisar a indignação dos moradores ameaçados de terem suas histórias interrompidas com as remoções.

Em meio a uma enxurrada de notícias de violência, caos e desordem, apenas consegui visualizar uma família que buscava o seu “lugar ao sol” e que tinha muito pouco (ou quase nada) da imagem popularesca construída sobre o “favelado”. Não tinham relação com o tráfico, não estavam envolvidos com o jogo do bicho e não gostavam de samba, tão pouco de carnaval. Assim, fui quebrando os estereótipos criados do imaginário social sobre a favela e percebendo a diversidade cultural que a abrangia.

Após a conclusão do curso de história, passei a planejar o meu próximo passo no mundo acadêmico e tinha certeza que o mestrado estaria relacionado a essa temática.

A metodologia inicialmente traçada para resgatar as disputas de poder no território da Providência e a resistência às remoções forçadas seria novamente a História Oral. Após compreender a importância desse método para o estudo do tempo presente, não tive dúvidas de seu uso. Entendendo ainda, que a história oral teria seu grande mérito ao contribuir com um modo de pensar hermenêutico e uma ideia do indivíduo como valor, subi as ladeiras do morro com meu gravador em punho, buscando ouvir as tais “vozes” silenciadas pela história. E foi assim, que me deparei com o que viria a ser a minha maior dificuldade: o receio dos moradores com entrevistas.

O meu acesso ao local já vinha sendo bastante limitado, devido à mudança da Ester para o Pará, reduzindo a minha livre andança pelas ruelas da Providência. Tal dificuldade se acentuava diante das tentativas de iniciar qualquer entrevista.

Sem a minha “ponte” de acesso ao morro, comecei a vivenciar a recusa por parte dos moradores em receber uma jovem pesquisadora à procura de informações sobre o maior problema instaurado na favela: a ameaça de remoções.

¹ Ladeira do Barroso é um dos acessos a parte alta do morro.

Certamente, havia uma enorme desconfiança quanto às minhas intenções, sobretudo, porque as minhas visitas se intercalavam com as constantes visitas de agentes da Prefeitura que subiam o morro para fazer medições do terreno e coletar informações, sem muitas explicações e considerações. Cheguei até mesmo a ser confundida com um desses funcionários.

A essa altura, o Fórum Comunitário do Porto já existia e já atuava como o principal órgão de resistência ao projeto Morar Carioca que demarcou as casas que viriam a baixo para a conclusão das obras de urbanização e construção do teleférico.

Assim como a Prefeitura se fazia presente na região, muitos universitários que passaram a atuar no FCP e jornalistas, também frequentavam a favela para filmar, entrevistar e buscar informações sobre as ações do programa. Percebi que muitos moradores atingidos com as remoções já não tinham mais disposição para contar suas histórias e relatar os conflitos que ainda vivenciavam. Na tentativa de entrevistar a Sr^a. Márcia Regina, moradora da Ladeira do Barroso, 235 (em frente ao teleférico) e que é um dos ícones desse processo de resistência, a mesma pediu desculpas, mas disse que não tinha mais forças para falar sobre as remoções e me indicou à outra moradora, a Sr^a. Francisca da Silva, moradora da região do Cruzeiro.

Uma luta que ainda continua e que já completa mais de cinco anos, mas que ainda não conseguiu afastar o fantasma da remoção. Mas de uma coisa temos certeza: os moradores atingidos ainda não venceram, mas continuam resistindo.

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem por objetivo problematizar os impactos do Projeto Porto Maravilha aos moradores do Morro da Providência no Rio de Janeiro, a partir da visão dos próprios atingidos, os moradores, e dos responsáveis pelo projeto, a Prefeitura, bem como os seus colaboradores.

O respectivo programa do governo será identificado aqui como mais uma obra de modernização conservadora implementada na história da cidade, legitimada por um argumento de degradação e abandono da região portuária. Essa perspectiva tende a contribuir com a ausência do “direito a cidade”² às classes populares, ferindo o processo de construção de cidadania dessa população marginalizada e que, geralmente, é obrigada a se retirar do espaço vivido, devido a políticas públicas que atendem ao grande capital. A aplicação do seu conteúdo no Morro da Providência será apontada, a fim de contrastar com as normas estabelecidas nas leis regulamentadas e as notícias veiculadas na grande mídia.

Para tanto, serão apresentadas as características do Projeto Porto Maravilha e um breve antecedente histórico na cidade do Rio de Janeiro, seus objetivos e interesses, sobretudo, o impacto junto à comunidade residente nos bairros atingidos. O resgate da visão dos moradores será possível através do testemunho oral³ e o contato direto na comunidade, a partir do trabalho de campo realizado no local. Vale ressaltar que, serão consideradas não somente o contato na comunidade a partir da inserção do autor no mestrado, mas toda a sua vivência com os moradores, desde 2009, quando iniciou um trabalho para a disciplina instrumental de História Oral na Universidade Federal Fluminense com a professora doutora Denise Rollemberg, resultando também no desenvolvimento do trabalho final de graduação em História. A análise dos processos judiciais empreendidos pelos afetados às remoções forçadas também serão de suma importância para a construção do objeto dessa pesquisa.

² O direito à cidade por Lefebvre é um argumento para mudar profundamente tanto as relações sociais do capitalismo quanto as estruturas vigentes de cidadania democrático-liberal. Seu direito à cidade não é uma sugestão de reforma, nem visa a uma resistência fragmentada, tática, passo-a-passo. Sua ideia é em vez disso uma convocação para uma reestruturação radical de relações sociais, políticas e econômicas na cidade e para além dela. Harvey vem tentando resgatar esse caráter emancipatório do direito à cidade, enfatizando que se trata “do exercício de um poder coletivo de dar uma forma ao processo de urbanização”.

³ O testemunho oral será crucial para a construção dessa dissertação, entendendo que (assim como Michael Pollack) a memória é socialmente construída, tanto quanto a documentação também o é. Tratando a fonte escrita como a oral como fundamentais para a recuperação do movimento de resistência dos moradores da Providência.

O primeiro capítulo buscará apresentar o Projeto Porto Maravilha e justificar a sua implantação com um alinhamento a um contexto internacional de requalificação de zonas portuárias que produz um novo espaço gentrificado e que suspende os direitos fundamentais da população de baixa renda de ocupar e viver a cidade. E para obter uma maior amplitude dessas ações, se faz necessário uma breve apresentação dos diferentes significados atribuídos à favela ou como proposto por Lícia Valladares, a “invenção” sobre ela. A partir dos testemunhos relatados e as ameaças vividas pelos moradores, buscou-se traçar um histórico geral sobre o surgimento da favela no espaço urbano, sobretudo, porque dialoga diretamente com a história da Providência. Com isso, perceber as relações que podemos estabelecer entre os acontecimentos atuais e as práticas que reiteradamente se repetiram em relação às favelas. Mostrar, portanto, que o mecanismo de modernização conservadora não é novidade na história urbana do Rio de Janeiro, principalmente, se resgatarmos as ações do Pereira Passos no início do século XX, assim como a política urbana contemporânea, realizada nas grandes cidades, que tendem a atender ao grande capital.

O segundo capítulo irá trabalhar, diretamente, com as fontes levantadas para esse trabalho, a fim de constatar essa “gentrificação” no Morro da Providência com o advento do Porto Maravilha na região, a fim de ratificar a hipótese levantada nesse trabalho. Apresentar-se-ão também os problemas envolvendo a comunidade, destacando a ineficiência na divulgação das informações por parte da prefeitura, bem como a ausência de participação nas diretrizes do projeto. Os testemunhos orais e os processos judiciais possibilitados pela defensoria pública visando à paralisação das obras serão fundamentais para se compreender a resistência dos moradores na região, bem como identificar as abordagens realizadas na grande mídia quanto às obras na favela, que abusam da denominação “área de risco” para justificar as obras no Morro.

O terceiro capítulo tratará de um interessante ponto do trabalho que é identificar uma forte diversidade social na comunidade e uma disputa de projetos culturais que contribuem para uma divergência de ideias e opiniões, bem como para a ausência de uma unidade na favela que consolide a luta contra as remoções. A análise sobre a ação da associação dos moradores da Providência e a construção de uma organização à parte (Comissão de Moradores) será de extrema importância para a identificação desta fragmentação.

A dissertação foi estruturada como descrita nessa introdução. Ela tem por objetivo principal dialogar com as “vozes” da Providência que, em geral, são silenciadas pela mídia que serve de porta voz do grande capital, subsidiado pelo poder público. Por isso, o uso do testemunho oral, nesse sentido, insere-se nessa obra, a fim de valorizar uma “outra história”,

mas que em hipótese alguma, será confundida como o estabelecimento de uma verdade histórica em si e que seja inquestionável. Em suma, a história como conhecemos esteve a serviço dos ditos “vencedores”, legitimando seus processos repressores e violentos, abafando toda uma potência de lutas e resistências do passado.

Todos aqueles que até agora têm vencido, na história, participam de um cortejo triunfal, no qual os dominadores de hoje caminham sobre os corpos daqueles que permanecem estendidos no chão. O butim resultante da pilhagem ficou como é usual, marcado pela vitória: é o que se chama de ‘patrimônio cultural’⁴. (BENJAMIN, 1987: p. 222-232).

Sempre que diante das notícias sobre as obras modernizadoras do Porto Maravilha e a necessidade de se remover moradores nos locais que compõem o projeto, é possível se perguntar “onde estão os moradores nisso tudo”? “O que pensam a respeito”? A forma como o assunto é abordado faz com que suas impressões, anseios e sentimentos quanto a essa radical mudança na dinâmica social do cotidiano de suas famílias não fosse relevante. Pois então, será a partir dessas indagações que o contato com a população que está, direta ou indiretamente, envolvida com as remoções terá um peso fundamental para a construção do objeto. As entrevistas serão tomadas como documentos históricos para a compreensão dos eventos ocorridos na Providência, a fim de possibilitar a abertura de detalhes que poderiam ser pormenorizados e resgatar a fala daqueles que estão envolvidos no conflito. Além delas, serão analisadas as fontes judiciais, bem como notícias em torno do tema, divulgadas nos periódicos de maior circulação na cidade.

⁴ Para uma análise sobre os conceitos de história dos vencedores e dos vencidos: BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 222-232.

CAPÍTULO 1 – MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: ESPAÇO NOVO PRA QUEM?

O Morro não tem vez

O Morro não tem vez
E o que ele fez já foi demais
Mas olhem bem vocês
Quando derem vez ao morro
Toda a cidade vai cantar

Morro pede passagem
O Morro quer se mostrar
Abram alas pro morro
Tamborim vai falar

É 1, é 2, é 3, é 100
É 1000 a batucar

Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes –
1963.

1.1 PASSOS PARA PAES

A história urbana do Rio de Janeiro é repleta de casos de remoções habitacionais, sempre abrindo espaço para máquinas de obras, introduzidas como um sinônimo de modernização e crescimento urbano nos diferentes momentos e espaços pelo poder público. E o morro da Providência aparece nesse contexto como consequência e, posteriormente, alvo dessas intervenções ao longo da história.

Foi a partir do século XIX que a cidade do Rio de Janeiro, então capital da república, iniciou uma transformação urbana radical, que foi na avaliação de Maurício Abreu:

O primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, organizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade. (ABREU, 1987: p. 63).

Essa nova lógica fora engendrada a partir do fomento à produção cafeeira, que possibilitou uma nova fase de expansão econômica na cidade, resultando no crescente número de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros. A transformação da forma urbana visava, sobretudo, resolver as contradições que ela apresentava: uma cidade com importância cada vez maior no cenário internacional, que expressava valores cosmopolitas, que não condizia mais com uma área central com características coloniais, com a presença de ruas estreitas, cortiços e carroças com animais.

Desde a vinda da família real que o Rio de Janeiro passara por transformações urbanísticas para atender aos anseios de uma classe social, até então inexistente. Com a independência e o reinado do café vimos se acentuar o número de trabalhadores livres e imigrantes que se confundiam com uma sociedade ainda escravista. E essa expansão econômica passou a atrair novos capitais e investimentos, basicamente, expressos nos setores de serviços. O conflito gerado por duas lógicas distintas (escravista e capitalista) foi solucionado com a transformação do espaço urbano que já vinha sendo reordenado, a partir da divisão das classes sociais que antes, se amontoavam no antigo espaço colonial, e que agora, se separavam, devido à implantação dos bondes e trens que impulsionaram o crescimento da cidade. (ABREU, 2011: p. 35-53).

A cidade passou a refletir as relações sociais, econômicas e políticas entre as classes, demonstradas nitidamente através da ocupação desigual do espaço urbano⁵ e a relação dos indivíduos sobre ele⁶.

É neste contexto que as obras de modernização urbana marcadas pelo nome de Francisco Pereira Passos, no início do século XX, tornaram-se um dos grandes marcos urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Prefeito do Rio entre 1903 e 1906, apoiado em

5 O conceito de “espaço urbano” utilizado é de um espaço fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, sendo um conjunto de símbolos e campos de lutas que se materializam nas formas espaciais, conforme proposto por Roberto Lobato Corrêa. O lugar onde as classes sociais e suas frações vivem e se reproduzem em espaços desiguais levando a conflitos sociais e a uma dimensão simbólica variável, tornando a cidade o cenário e também o objeto das lutas de classes que visam o direito à cidade e à cidadania plena.

⁶ O processo de expansão da cidade foi associado à então modernização dos meios de transporte. O bonde desempenhou um papel importante, estimulando a ocupação de áreas mais distantes, bem como o trem, sendo mais uma alternativa como transporte de massa para locais mais longe do centro. A cidade iniciou a sua urbanização e segregação, surgindo uma nova variável: a especulação imobiliária. Os fortes investimentos das companhias de transportes, acentuando o melhoramento de bairros na zona sul da cidade, visavam atender um novo estilo de vida dito “moderno” com residências à beira mar, ao passo que a região central permanecia em condições insalubres e decadentes. A população mais pobre não acompanhou essa modernidade e permaneceu se fixando no centro onde se localizavam os postos de trabalhos menos nobres e toda a principal produção da cidade, devido a presença do porto. Ver mais sobre o assunto em: ROCHA, Oswaldo Porto. **A Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro**. Secretaria Municipal de Urbanismo. Departamento Geral de Doc. E Inf. Cultural, 1986.

empréstimos junto a bancos ingleses e garantido pelo estado de sítio em vigor, promoveu uma ruidosa reforma na cidade, à custa da demolição de milhares de casas, que abrigavam, principalmente, a população mais pobre. Tinha o objetivo de fazer da cidade suja, pobre e caótica, uma réplica tropical de Paris reformada por Haussmann, decretando, além de posturas que interferiam no cotidiano dos moradores, a abertura da Avenida Central, através da demolição de casas ali instaladas.

A obra promoveu a derrubada de, aproximadamente, 640 prédios da área mais habitada da cidade, através de um corredor que ia da Prainha ao Passeio Público. Era como abrir o ventre da velha cidade⁷ (CARVALHO, 2002: p. 93). A ação promoveu a retirada de centenas de famílias que viviam nas chamadas casas de cômodo ou cortiços existentes na região, colaborando com o inchaço das ocupações irregulares aos arredores do Centro, sobretudo, do antigo Morro da Favella, atual Morro da Providência⁸.

1.2 MORRO DA PROVIDÊNCIA: ONDE NASCE A FAVELA

O morro da Providência, considerado a primeira favela do Rio de Janeiro, ocupa um lugar marginalizado na história, desde os tempos de sua fundação. Os primeiros registros de ocupação estão relacionados à intensa exploração de pedreiras em diversos morros cariocas durante o século XIX, devido à expansão da cidade.

A pedreira da Providência é um exemplo disso, que afetou bastante na redução da área do morro. A partir da década de 1860 os acessos às ladeiras do Barroso e do Farias foram abertos, parecendo indicar que as encostas já estavam iniciando sua ocupação, talvez até mesmo, por trabalhadores das pedreiras⁹, sendo endossado pelos eventos posteriores, Canudos e as reformas urbanas de Passos.

⁸ O retorno há mais de um século de história se faz necessário, uma vez que a Providência é identificada como a favela mais antiga da cidade. E para falar dos planos de remoção na atualidade, é inevitável regressar nos tempos de sua fundação que se coadunam com as reformas urbanas executadas no início do século XX e estabelecer um breve panorama sobre a construção do lugar.

⁹ A informação foi coletada pelo morador Eron, responsável pela Igreja da Nossa Senhora da Penha. Tem confirmação no programa do Museu a Céu Aberto da Providência.

Foto 1 – Imagem da Ladeira do Barroso, 1870.



Fonte: Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro.

Primeiramente, como reduto dos remanescentes soldados da guerra de Canudos¹⁰. Mais tarde, com uma ocupação inicialmente provisória, passou a ganhar novos moradores oriundos das desocupações forçadas, resultante das reformas de modernização urbana do então prefeito Pereira Passos, endossando o “processo de favelização” no morro. Assim como descrito por Valladares

O morro da Favella, até então denominado morro da Providência, passou a emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no Centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro. (VALLADARES, 2000: P. 7).

O crescimento econômico que refletiu nessa urgente necessidade de modernização da cidade, a fim de enquadrá-la na lógica econômica mundial, conservou a mesma estrutura excludente estabelecida, até então. As classes subalternas que compunham a base piramidal da sociedade carioca permaneceram à margem dos interesses do capital. E, pertencentes a esse grupo social, tem-se a população do morro da Favella. Esse novo território desassistido e negligenciado que nomeou uma nova categoria para designar os aglomerados urbanos pobres, de ocupação ilegal e irregular (favela), se tornava o *locus* da vadiagem.

10 A Guerra de Canudos foi um confronto entre um movimento popular e o Exército da República, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia. O morro da Favella, então morro da Providência, entrou para a história por sua associação com esse conflito, por abrigar ex-combatentes que ali se instalaram para pressionar o Ministério da Guerra a lhes pagar os soldos devidos.

A ausência de um projeto urbanístico que promovesse o reassentamento da população removida dos locais pretendidos à obra, que tivesse uma pretensão de inseri-la positivamente nessa nova lógica econômica, contribuiu para o aumento da ocupação dos morros e dos bairros dos arredores.

Sendo assim, o surgimento do Morro da Favella está estritamente relacionado ao processo de desenvolvimento econômico da cidade e aos interesses das classes sociais existentes.

O crescimento dos setores industriais e de serviços nas cidades, aliado às péssimas condições de vida nas áreas rurais fazem com que a relação capital e trabalho nas cidades obriguem uma grande parcela das camadas populares urbanas a buscar a sobrevivência através da moradia autoconstruída e precária. (VALLA, 1985: p. 11).

Logo, tornou-se o local de famílias negligenciadas pelo poder público que viriam a encontrar nesse espaço uma alternativa de moradia, diante de uma estrutura espacial estratificada, fruto da nova lógica capitalista que surgia com o fim da escravidão e acentuada acumulação de capital, no final do século XIX, conforme já descrito.

Dessa forma, a cidade passou a manifestar relações sociais cada vez mais desiguais, através da segregação do espaço e de políticas classistas sobre ele. A partir dessa perspectiva, vale reiterar o conceito de “mito da marginalidade”¹¹ de Perlman ao demonstrar que os favelados, de forma alguma, são “marginais” no sentido de estar à margem do sistema - o que não significa negar a sua situação de segmento desprivilegiado e oprimido. Mas, muito pelo contrário, estariam muito bem integrados, uma vez que a maioria dos moradores viria a compor o exército de mão de obra a ser explorada, tornando-se pilares da economia capitalista.

Assim, vemos os problemas relacionados à pobreza dos cortiços, transferidos para o alto das favelas, tornando-se essa, o novo foco da solução dos problemas das habitações anti-higiênicas¹².

¹¹ Em sua obra a autora analisa os principais estereótipos delineados aos moradores das favelas, chamando de mito da marginalidade, a fim de desconstruir os mitos sobre os moradores.

¹² Ver mais sobre o assunto em: VALLADARES, Licia do Prado e MEDEIROS, Lidia. Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica. Relume Dumará: Faperj, Urbandata. Rio de Janeiro, 2003.

Atualmente, o *complexo da Providência* é composto pelas comunidades da Providência e da Pedra Lisa totalizando 4.354 habitantes¹³, abrigando 1.297 domicílios, vide a tabela abaixo.

Tabela 1

Dados demográficos

População e Domicílios das Comunidades

Comunidades	População	Domicílios
Morro da Providência	4,094	1,237
Pedra Lisa	260	60

Fonte: Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010).

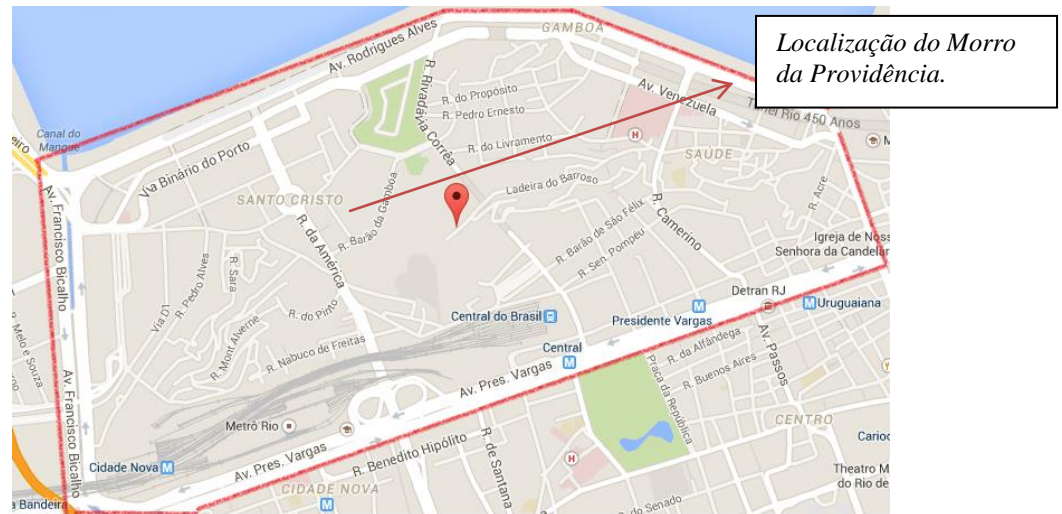
A condição socioeconômica dessa população ainda reflete uma situação de vulnerabilidade - se comparados ao seu entorno e a cidade como um todo -, conforme os critérios de rendimento per capita e taxas de analfabetismo divulgado pelo Instituto Pereira Passos (IPP)¹⁴. Tais dados ratificam o lugar social ainda ocupado por essa população, historicamente, estigmatizada no cenário urbano.

Espaço localizado, fisicamente, no seio dos projetos de modernização e transformação, e socialmente, distante dos interesses de agentes financeiros.

13 Os dados estão disponíveis no “Relatório da UPP Social”, formulado a partir dos dados do Instituto Pereira Passos (IPP) e IBGE, censo demográfico de 2010.

14 Conforme o último censo de 2010, a região da Providência apresentava um percentual de 8,4% de analfabetismo, enquanto que na zona portuária chegava a 4,9% e na cidade 2,9%. A mesma disparidade ocorre em relação a renda per capita por domicílio que, em um target mínimo de até 1/8 de salário mínimo recebido, a Providência atingiu 1,4%, ao passo que as demais áreas, respectivamente, obtiveram 0,7% e 0,5%. E para o target máximo de mais de 2 salários mínimos, tivemos 2,2% na Providência e 10,2% na zona portuária e 34,1% na cidade do Rio.

Mapa 1 – Localização geográfica do Morro da Providência.



Fonte: Google Maps. Edição do autor, 2015.

Mapa 2 – Área de Especial Interesse Urbano (AEIU)



1.3 REMOÇÃO: ONTEM E HOJE

A favela surge nesse momento de reconfiguração urbana e inicia seu crescimento vertiginoso na cidade, tornando-se alvo de políticas públicas que procuraram conter sua expansão, sendo tratada como uma patologia social.

Arelada a um imaginário de foco de vagabundos e ladrões, tornou-se alvo das atenções das autoridades desde sua gênese, como podemos ler no documento datado de 4 de novembro de 1900

Obedecendo ao pedido de informações que V. Excia., em ofício sob nº 7.071, ontem me dirigiu relativamente a um local do Jornal do Brasil, que diz estar o morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são

o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército.¹⁵ (ZALUAR e ALVITO, 2006: p. 8)

A partir da década de 30, se inicia uma nova política do poder público com essa população que causava incômodo à urbanidade, agora já alojada nos morros que entrecortavam a cidade. Através de um discurso sanitarista, visava-se a retirada das famílias em direção aos chamados Parques Proletário.

O código de obras de 1936 foi um evidente exemplo dos objetivos do poder público, uma vez que não só proibia a realização de melhorias urbanas nas favelas, como tinha a finalidade de impedir o surgimento de novos assentamentos desta natureza, visando regular a área favelada. No período Vargas (1941-43) tenta-se a erradicação com a experiência dos Parques Proletários.

Seguindo mais adiante, durante o governo de Carlos Lacerda, também foram estabelecidas muitas obras de melhorias urbanas, com o surgimento de novos viadutos e grandes avenidas, a fim de solucionar os intermináveis congestionamentos de tráfego (ABREU, 2008). Somado à abertura de grandes vias, realizou-se também as remoções em massa das favelas cariocas, dando impulso a esse novo tipo de política na cidade, jamais visto antes, tendo como grandes exemplos a criação da Vila Kennedy e Cidade de Deus (PEREZ, 2007). Ambos foram construídos na zona oeste da cidade, na época, um local desabitado e desprovido de total infraestrutura e vias de fácil acesso de transportes, evidenciando mais uma vez o descaso do governo com a questão social dos moradores removidos de baixa renda.

Entre 1960 e 1975, 137.774 pessoas foram removidas de mais de oitenta favelas para conjuntos habitacionais ou Centros de Habitação Provisória. (...) Ao longo desse período, se iniciaram movimentos de resistência à remoção com a criação de associações de moradores nas favelas ameaçadas. Muitas remoções se realizaram com violência, depois da prisão de líderes de associações (morro do Pasmado), ou através de incêndios criminosos (Praia do Pinto); em raros casos os moradores conseguiram impedir na justiça a remoção (Vidigal)¹⁶.

Na década de 60, se iniciou uma política de erradicação das favelas de forma mais sistemática, com o governo de Carlos Lacerda. Mas foi a partir do governo de Negrão de

¹⁵ Carta do delegado da 10ª Circunscrição ao chefe de polícia, 4 de novembro de 1900, apud, ZALUAR e ALVITO, 2006.

¹⁶ *Ibidem*.

Lima (1965-1971) que as remoções se tornaram mais agressivas, sob um contexto ditatorial. A ditadura civil-militar instaurada no Brasil em abril de 1964, elevou o remocionismo a um maior grau de arbitrariedade, garantido pelos mecanismos de repressão do período. O decreto Estadual, nº870 de 1967, mostra essa maior repressão, com a regulamentação da atuação e funcionamento das associações de moradores, tornando-as mais estritas.

Esses decretos, ao mesmo tempo em que reforçavam o controle público, delegavam atribuições públicas às associações, procurando dessa forma atenuar qualquer caráter contestatório e efetivamente repressivo. (GONÇALVES, 2013: p. 408).

Se antes, a limitada participação política regulada pelo voto, permitia aos favelados de alguma forma deliberar sobre as ações na favela, com a sua suspensão, viram seus canais de manobra e resistência serem minados nesse novo contexto político. A centralização política e administrativa do período, por sua vez, também se traduziu em uma maior disponibilidade de recursos para levar à prática as “ideologias ordenadoras”. (SANTOS, 1984: p. 28-40).

Um importante órgão financiador, desse período, foi o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado por lei em 1964¹⁷, que ficou responsável pelos programas habitacionais. Além de fornecer habitações às famílias de baixa renda a serem removidas das favelas, o BNH deveria funcionar como um impulso à economia do país, fomentando a construção civil, as indústrias ligadas ao setor e a geração de empregos.

Sendo assim, as políticas de grandes remoções se mantiveram nos anos posteriores, tendo a luta de resistência dos moradores sempre dificultada pelos órgãos da ditadura. (BRUM, 2012).¹⁸

A partir do governo Brizola (1982-86), percebe-se uma mudança na forma como o poder público se relaciona com as favelas, através da criação de programas como o “Cada família um lote” que, diferentemente, das ações anteriores, pretendia regularizar a posse do terreno dos moradores, visando mantê-los na comunidade¹⁹.

¹⁷ Lei 4380, de 21/81964.

¹⁸ Para uma melhor compreensão da política antifavela instaurada acirrada durante a ditadura militar: BRUM, Mário S. Ditadura Civil-Militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). Cad. Metrop. , São Paulo, v.14, n.28, jul-dez de 2012.

¹⁹ O artigo de Pandolfi e Grynspan mostra como a década de 80 foi marcada por um novo olhar em direção às favelas, marcado, sobretudo, pelo governo Brizola no estado do Rio de Janeiro. Mostram como essas novas ações que visavam à manutenção e regularização do morador na favela, contrariando as políticas remocionistas anteriores, foi criticada e acusada de medidas populistas pela oposição. Ver mais em: PANDOLFI, D e GRYNSPAN, M. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: Cidade: história e desafios. Lúcia Lippi Oliveira (Org.). Ed. Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, 2002.

Fiel ao perfil do voto que o elegeram, o governo Brizola desenvolveria uma agenda social especialmente voltada para as favelas do Rio de Janeiro, onde a situação da infraestrutura era muito precária (ZALUAR e ALVITO, 2006: p. 41).

Essa mudança está coadunada também a um contexto de redemocratização e maior impulso dos movimentos sociais que permitiu uma maior mobilização. Segundo depoimento concedido por um morador da Providência²⁰ haveria um projeto do Brizola em construir um hotel cinco estrelas no alto do morro para os turistas e para isso, seria necessária a remoção de alguns moradores. Mas tal afirmativa não apresenta comprovação, sendo esse período, geralmente, marcado por uma tentativa de regularização dessas ocupações irregulares.

Em sequência, tem-se o Programa Favela Bairro, empreendido pelo prefeito César Maia na década de 1990, visando à urbanização das favelas cariocas, a fim de resgatar moradias dignas e que fossem assistidas por ações de saneamento básico. Novamente, temos, aparentemente, uma relação mais estreita entre Estado e moradores das favelas, mas ainda sem mudar o quadro estrutural de desigualdade socioeconômica promovida pelo capitalismo.

A melhoria vivenciada pelo Brasil nos últimos anos, colocando-o na posição de sexta economia do mundo em 2011, trouxe significativos reflexos para toda a sociedade. E sua maior participação na diplomacia mundial, a partir do governo Lula (2003-2010), contribuiu para o recebimento de grandes eventos esportivos na cidade. Esse positivo momento econômico foi um dos argumentos de defesa para o recebimento das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, além do ineditismo nas Américas.

Atualmente, está em vigor um novo projeto na cidade do Rio de Janeiro, denominado “Porto Maravilha” que, segundo notas oficiais do governo, visa integrar toda a área portuária a esse processo de desenvolvimento econômico vivido hoje pelo Brasil, impulsionado por esses megaeventos esportivos que serão sediados na cidade. O objetivo seria promover a reestruturação do local, por meio da ampliação e requalificação dos espaços públicos da região que é a “porta de entrada” do Rio de Janeiro.

O programa Morar Carioca integraliza esse projeto e pretende transformar o cenário das favelas até 2020, levando equipamentos e serviços públicos às comunidades, através de novas obras de urbanização.²¹

²⁰ Entrevista concedida por morador da Ladeira do Barroso em 09 de abril de 2011.

²¹ Ver mais sobre o projeto em: www.portomaravilha.com.br

Conforme apresentado, a história das políticas públicas empreendidas nas favelas se alternou entre práticas de remoções e urbanização.

Atualmente, vemos uma nova configuração apoiada na necessidade da urbanização daquelas favelas que traçam a rota especulativa do capital, por meio de remoções pontuais. O incentivo ao empreendedorismo se torna uma terceira vertente, sendo visto como uma forma de reduzir a pobreza, dinamizando a economia no local, integrando-o à cidade.

Em suma, os moradores das favelas, alvo de remoções, como Metrô-Mangueira, Vila Autódromo e a própria Providência, têm recebido a promessa de recebimento de aluguel-social até a alocação em imóveis do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV).

Entre 1986 e 2003, o mercado imobiliário brasileiro ficou praticamente estagnado, pois, além da falta de incentivo do governo, não havia condições favoráveis para as construtoras venderem seus imóveis. Em 2003, a legislação dos contratos habitacionais sofreu algumas mudanças que provocaram um movimento deste mercado. Somente em 2009, com a criação do PMCMV²², o mercado imobiliário retomou um significativo crescimento, contribuindo para a economia interna do país, minimizando os efeitos da crise internacional de 2008, conforme analisado abaixo:

Diante do quadro de crise imobiliária que assolou os EUA, e por consequência toda a economia mundial em 2008, o governo federal acabou usando essa adversidade como oportunidade para por em prática algumas estratégias. Para minimizar os efeitos dessa crise o governo adotou diversas medidas para aquecer o mercado interno. Ampliando as ações governamentais até então implantadas, em 7 de julho de 2009 foi criada a Lei 11.977 que criou o Minha Casa, Minha Vida.²³(FORAGI, 2012: p. 30)

Assim como na criação do BNH, tinha-se a intenção de resolver o problema-favela e ao mesmo tempo aquecer a economia, hoje vemos o programa do governo que se justifica perante uma necessidade de solucionar o déficit habitacional da cidade, também sendo

²² Conforme a “Cartilha do Minha Casa, Minha Vida” de 2009, o respectivo programa do governo estaria voltado a atender uma demanda habitacional existente no país, sendo criado com o objetivo de diminuir o déficit habitacional brasileiro, através da construção de novas habitações. Essas habitações seriam dirigidas prioritariamente às famílias com até 3 salários mínimos. Consistiria basicamente em subsídios e descontos para as famílias e incentivos para as empresas envolvidas no programa.

²³ O trabalho final de graduação do autor procura mostrar a polêmica em torno da aplicação do programa PMCMV, mostrando benefícios focalizados, basicamente, na classe C. Mostra, através de dados quantitativos, como as classes que mais deveriam ser beneficiadas com o programa (Classe D e E) ficaram excluídas.

utilizado como veículo propulsor da economia do setor imobiliário. Mas apesar das críticas²⁴, é inegável os diversos benefícios trazidos à uma parcela da sociedade.

Analisando o atual contexto, marcado por discursos democráticos e de direitos humanos, pode-se inferir uma nova ação governamental para justificar a retirada dos moradores das favelas que dialoga com um ideal urbanístico para as favelas, afastando qualquer possível risco de deslizamento²⁵.

Esse breve histórico das reformas urbanas na cidade denota o quanto esses processos de urbanização conservaram a estrutura econômica e social e mantiveram as classes subalternas à margem da almejada modernização.

O Morro da Providência tornou-se um cenário fundamental dessas ações urbanísticas, devido a sua localização no seio da Zona Portuária, entre os bairros do Santo Cristo e Gamboa, próximo a Avenida Presidente Vargas, uma das principais da cidade.

É notório que a cidade do Rio de Janeiro está atravessando um novo processo de modernização conservadora que objetiva atender as demandas do grande capital, obedecendo a uma lógica de cidade empreendedora²⁶, inserido no contexto do que a autora Virgínia Fontes denominou chamar de capital-imperialismo²⁷. Este conceito pode ser largamente utilizado para o objeto em questão, uma vez que procura aprofundar a dinâmica do capital, sobretudo, o financeiro, promovendo uma acentuada desigualdade nas relações sociais próprias a esse sistema a ponto dele tornar-se uma forma de vida social generalizada e profundamente

²⁴ O PMCMV é um tema de grande controvérsia. Os mais críticos afirmam que quem mais ganha com essa política é as grandes construtoras, através dos subsídios que teriam sido transferidos diretamente a elas com a valorização do mercado imobiliário. Além disso, avaliam que as camadas mais necessitadas D e E não são contempladas, pois não são capazes de gerar uma margem de lucro sólida. Já os que defendem o programa, apontam para a contribuição na elevação do patamar de subsídios destinados à Habitação, como também, sua importante contribuição no sentido de construir políticas públicas para o setor habitacional.

²⁵ No capítulo a seguir será discutido com mais profundidade o superdimensionamento dado a “área de risco”.

²⁶ O conceito de cidade-mercadoria/ cidade-empreendedora pode ser melhor compreendido em: HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Annablume – São Paulo, 2005.

²⁷ A expressão “capital-imperialismo”, proposta por Virgínia Fontes, captura o movimento peculiar ocorrido após a 2ª Guerra Mundial e que aprofundou os traços fundamentais formulados por Lênin e promoveu uma dilatação em nova escala, sobretudo, com a consolidação do capital financeiro. A perpetuação da violência de classes se duplicou pela disseminação de envoltentes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento de que o capitalismo seria a única alternativa possível de existência. A autora analisa também o que convencionou chamar de capital-imperialismo subalterno no qual insere o Brasil neste cenário que apresenta as lutas de classes na sociedade civil contemporânea, começando pela forma como o Estado brasileiro promove a repressão seletiva sobre as organizações populares, ao mesmo tempo que se nutre das representações empresariais, fomentando-as. Essas formas de colaboração com o capital são naturalizadas, negligenciando qualquer representatividade popular.

assimétrica. Utiliza-se da expropriação de direitos e da própria condição social e de existência das classes populares, a fim de perpetuar a sua lógica financeira. E permite, através de um infinito aparelho ideológico e repressor, a crença de que este é o único modo de existência possível.

Desta forma, vemos o projeto de revitalização de o porto tomar corpo e se perpetuar enquanto um inevitável processo de modernização que se diz melhorar a cidade para que a população possa vivê-la. Ainda que esteja materializando o conceito de expropriação de direitos, através de ameaças de remoções sem a participação e total entendimento dos seus motivos, além de outras violações de direitos sofridas pelos moradores, tais como: marcações de casas sem prévia comunicação, negligência com os entulhos oriundos das demolições, constrangimentos nas abordagens da prefeitura quanto a necessidade de desocupação, dentre outros.

A partir das leis regulamentadas pelo município para a viabilidade do projeto, podem-se apontar algumas fragilidades em relação à realidade sofrida pela população afetada pelas obras, sobretudo, no que diz respeito à melhoria de vida dos atuais moradores.

1.4 AS “MARAVILHAS” DO PROJETO

O Projeto Porto Maravilha surgiu como uma nova dinâmica econômica proposta na zona portuária do Rio de Janeiro, impulsionada pela política empreendida pelo Brasil no cenário internacional, bem como o nacional, através de alianças nas diferentes esferas do poder (municipal, estadual e federal) que possibilitou a atração de megaeventos esportivos como a Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e as Olimpíadas no próximo ano.

A intenção de recuperar a zona portuária não é de hoje, pois durante a gestão do prefeito César Maia o Instituto Pereira Passos (IPP) apresentou em 2001 um projeto chamado “Porto do Rio” que, assim como o Porto Maravilha, visava buscar investimentos para a região com a criação de arquiteturas emblemáticas e a promoção de uma zona cultural com a criação de museus, bem como uma reformulação do espaço urbano com a atração de empreendimentos comerciais e residenciais. Isso porque, desde a década de 60, que a área central iniciou o seu constante processo de decadência com a redução dos usos portuários e, conseqüente abandono de degradação dos bairros adjacentes, colaborando com o discurso de recuperação do local. Além do esvaziamento do porto, devido a sua dimensão física que não comportou a implantação de enormes aparatos para a operação portuária, obteve-se um

contexto de gradativa perda da importância política do centro do Rio de Janeiro com a transferência da capital da república para Brasília.

Diante da abertura da Avenida Presidente Vargas em 1940 e da construção do elevado da perimetral em 1970, a zona portuária foi ficando cada vez mais segregada do grande centro, tornando-se um local abandonado e de passagem. A desconcentração industrial no final dos anos 1980, fez com que a cidade se lançasse para um centro de negócios e serviços, intensificando ainda mais a necessidade de intervenções na região.

O projeto atual manteve muitos aspectos do anterior, como a Via Binário do Porto, a criação de ciclovias – no primeiro, a malha ligaria o centro à zona norte na altura de São Cristóvão, ao passo que o segundo fará essa ligação com a zona sul, até o Leblon -, requalificação de ruas, além de áreas históricas e culturais.

A implantação do Museu Guggenheim de autoria do arquiteto francês Jean Noubel seria a âncora cultural do Plano do Rio. Mas o clamor público da sociedade contra o projeto que envolvia elevados custos somados às divergências políticas das diferentes esferas de atuação do poder público fez com que o projeto permanecesse no papel.²⁸ Já com o projeto em andamento, tivemos a conclusão do Museu de Arte do Rio (MAR) e do Museu do Amanhã, ainda em fase de construção.

O atual projeto Porto Maravilha foi iniciado em 2009, por meio da Lei Complementar nº 101/2009²⁹ que criou a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro (OUCPRJ) e, conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), a OUC permite a realização de um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo município, com participação dos proprietários, moradores e investidores privados, tendo por objetivo alcançar, em áreas específicas, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. As intervenções são possíveis por meio de parceria público-privada (PPP), como é o caso desse projeto com o Consórcio Novo Porto, formado por empresas como Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia. As obras visam promover uma reurbanização na região portuária do Rio de Janeiro com a implantação de empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais, buscando polarizar o local, atraindo moradores e empresas. Para

²⁸ **BENTES, Júlio Cláudio da Gama.** Análise dos Planos Urbanísticos Recentes para a região portuária do Rio de Janeiro. **Artigo apresentado em Simpósio Temático: Diferentes Reflexões sobre Desafios e Perspectivas para as áreas portuárias do Rio de Janeiro e Niterói. ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós – Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2010.**

²⁹ Site da prefeitura. www.portomaravilha.gov.br (Acessado em 27 de abril de 2014).

controlar o projeto foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa de economia mista, fiscalizada pela prefeitura.

A OUC permite também que os municípios concedam o direito de construir acima dos limites pré-estabelecidos em legislação municipal. Assim, mediante o pagamento, os interessados adquirem o direito de aumentar a área de construção e a “venda desse direito” seria uma forma de captar recursos para o empreendimento, evitando a oneração dos cofres públicos. Esses investimentos para as obras são os então denominados Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs), espécies de títulos imobiliários pagos por investidores para financiar o Porto Maravilha. Segundo a prefeitura, a preocupação inicial do projeto seria a demora em obter esses recursos, através da compra gradativa dos investidores. Desta forma, a Caixa Econômica Federal (CEF), utilizando recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)³⁰, portanto, recursos públicos, efetuou a compra de todos os CEPACs, a fim de garantir todo o investimento necessário para iniciar as obras. Essa transferência de recursos do FGTS de certa forma não compromete a viabilidade de riscos para os investidores privados, pois passam a ter um cenário favorável aos investimentos mediante a aceleração das obras de infraestrutura urbana sob-responsabilidade pública. Além disso, a realização de obras e investimentos urbanos, através do dinheiro público, promove uma valorização fundiária que será apropriada privadamente pelos próprios investidores interessados na compra e venda de CEPACs.

Com toda essa valorização do local, espera-se atrair grandes empresários para a compra desses CEPACs e, com isso, promover a polarização econômica do espaço, elevando o valor do metro quadrado da região e integrando-o ao grande centro, já inchado com uma enorme concentração populacional, devido à dinâmica econômica já absorvida.

Tal previsão só tende a colaborar com o desenvolvimento e consolidação do capital na região. Mas a prefeitura divulga regularmente a revista “Porto Maravilha” que procura propagar a ideologia do projeto, mostrando as benéficas e assim, promovendo uma imagem positiva das obras implantadas, sempre alegando o uso de recursos privados, a fim de não onerar os cofres públicos.

³⁰ Mais uma vez vemos os recursos do FGTS sendo utilizados para financiar políticas que visam aquecer a economia, assim como ocorreu com a criação do BNH citado, anteriormente.

Ilustração 1 – Panfleto da Prefeitura explicando as “vantagens” dos CEPACs. Disponível também no site de divulgação do projeto.

CEPAC que negócio é esse?

1 CEPAC é a sigla para descrever **Certificados de Potencial Adicional de Construção**, títulos usados para financiar Operações Urbanas Consorciadas que recuperam áreas degradadas nas cidades

2 **Potencial de construção** é a quantidade de metros quadrados que se pode construir em determinado terreno, representada nos andares e na altura do prédio e metragem. A Lei que cria a **Operação Urbana Porto Maravilha** define um aumento do potencial de construção, que varia em função do setor (conforme mapa abaixo). Para utilizar o **Potencial Adicional de Construção** os interessados devem comprar **Cepacs**

3 O dinheiro da venda dos Cepacs paga todas as obras e serviços da Operação Urbana Porto Maravilha nos 5 milhões de m². Com isso, **o município não desembolsa dinheiro para as obras e ainda economiza nos serviços públicos**

4 A quantidade de Cepacs de cada empreendimento varia com a localização do projeto e o tipo de utilização. **Para imóveis residenciais são necessários menos Cepacs do que para não-residenciais**. Em determinadas áreas, a diferença pode variar em até 50% na quantidade. Com isso, há o estímulo a uma ocupação mista e ao aumento do número de moradores

5 As **áreas preservadas, de morro e franja de morro não podem sofrer modificação**, ou seja, não têm potencial adicional de construção. A altura dos prédios é limitada e não altera o projeto Sagas, que preserva os patrimônios arquitetônico e cultural dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

altura máxima 150 metros
altura máxima 120 metros
altura máxima 7,5 metros
altura máxima 120 metros
altura máxima 15 metros
altura máxima 13 metros
altura máxima 24 metros
altura máxima 5 metros
altura máxima 11 metros

3% do valor arrecadado com a venda dos Cepacs são destinados obrigatoriamente à recuperação do patrimônio histórico e cultural da região

No site www.portomaravilha.com.br/cepac é possível calcular o número de Cepacs necessários para a execução de determinado projeto, de acordo com a sua localização e uso (misto, residencial ou comercial)

Fonte: www.portomaravilha.com.br/web/cepac/index.html

1.5 MARAVILHA DE GENTRIFICAÇÃO

O processo de gentrificação³¹ vem sendo reconhecido como um forte elemento que se destaca na transformação dos centros urbanos, de tendência internacional, tendo o capital-

³¹ O fenômeno urbano conhecido como gentrificação consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômica, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu status. Caracteriza-se normalmente pela ocupação dos centros das cidades por uma parte da classe média, de elevada remuneração, que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que viviam no centro urbano. A primeira referência ao termo gentrification é atribuída a Ruth Glass que, em seu estudo sobre Londres em 1964 utilizou esta expressão, comparando o processo com um velho hábito próprio da *gentry*, a classe média alta inglesa, das áreas rurais. Além de sua residência no campo, ela costumava manter uma residência na cidade — fato parecido com o que se observava em Londres nos anos 60. As primeiras descrições que utilizaram o termo *gentrification* destacavam fundamentalmente a revalorização experimentada por certos bairros

imperialismo como o grande unificador e patrocinador deste processo. Assim como em Baltimore, Puerto Madero e Barcelona, sendo esta última o grande paradigma para este processo (ZACHARIASEN, 2006: p. 52), o Brasil mais especificamente, o Rio de Janeiro, passa a ocupar o hall dos países gentrificadores, através do projeto Porto Maravilha.

Esse novo empreendedorismo na administração pública seria composto por características em comum entre eles, como no caso das PPP's que promove o desenvolvimento de uma forte especulação sobre os terrenos, estando a serviço do capital financeiro e não a um desenvolvimento urbano planejado e coordenado³².

Segundo Smith³³, o termo “gentrificação” é uma marca da contemporaneidade, ainda que haja diferenças significativas em suas motivações entre os diferentes espaços e tempo. Em Londres, nos anos 60, a gentrificação se analisa pela substituição das classes populares pelas classes médias e altas em bairros desvalorizados.³⁴ Uma estratégia ligada muito mais a uma classe média composta por pessoas de economia intermediária com nível universitário e atraída por preferências culturais do que uma promoção imobiliária e especulativa.

Atualmente, as grandes cidades têm menos a função de serem centros de serviços para suas indústrias regionais, e mais a função de centros de controle e comando de grupos transnacionais, constituindo-se em centros de “produção financeira”.

Os gentrificadores seriam aqueles que servem à nova economia mundial e promovem as alterações no espaço urbano, conforme seus interesses econômicos globais, enquanto que os gentrificados seriam os afetados, negativamente, por essa ação gentrificadora, tendo sua rotina alterada por essa tendência.

Segundo Smith, esse processo, no início “natural”, ou seja, resultante da estrutura do mercado imobiliário e do comportamento dos atores privados, foi recuperado e erigido em política urbana por numerosas municipalidades para valorizar seus centros e tornar suas cidades mais atrativas, além de favorecer seu desenvolvimento econômico. Não seria mais uma anomalia local, mas uma estratégia urbana articulada e globalizada. Mais que edifícios reformados, agora ela integra trabalho, residência e lazer, produzindo falsamente um espaço

³² Ver mais em: HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

³³ O autor procura organizar de forma cronológica os processos gentrificadores na cidade de Nova Iorque, apontando como um processo, inicialmente, espontâneo, torna-se alvo das políticas públicas do grande capital, tornando-se uma referência mundial. Ver mais: SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand, 1984.

³⁴ Explica-se por gentrificação esporádica, isto é, uma gentrificação que seria resultado de uma anomalia local com o movimento dos denominados YUPPIES (young urban professional) em direção ao centro da cidade, atraídos por uma nova dinâmica de vida e consumo, sem uma intervenção de cunho estrutural. Geralmente, jovens de classe intermediária e universitários de Londres.

democrático. O discurso de regeneração urbana seria apenas uma forma de anestesiar os impactos gerados por esta política e, conseqüentemente, as críticas produzidas em si.

A gentrificação, em seu sentido amplo, tornou-se um motor central da expansão econômica da cidade, sendo justificada também pela criação de empregos, geração de impostos, desenvolvimento do turismo e complexos culturais.

No caso do Rio de Janeiro, podemos exemplificar através da divulgação massiva de programas como o Porto Cidadão e Porto Cultural. O primeiro com o objetivo de preparar pessoas para novas oportunidades, fruto das transformações em curso em parceria entre órgãos do setor público e privado, visando iniciativas para o desenvolvimento socioeconômico. Mas o que se percebe é que tais iniciativas tendem a preparar o cidadão para o mercado de trabalho e instrumentá-lo a serviço do capital, reproduzindo assim o *status quo*.

Foto 2– Anúncio de emprego no mural da Associação dos Moradores.



Fonte: Foto tirada pela autora, 2014.

Já o segundo, procura recuperar os valores socioculturais da região que envolve a zona portuária, por abrigar um terreno fértil de processos históricos e influências culturais, implantando o que se denominou chamar de “Circuito Histórico da Herança Africana”³⁵.

Pensando nisso, é providencial evocar Milton Santos³⁶, quanto ao seu estudo em relação aos arranjos espaciais existentes nas cidades que admitem dois tipos de recorte: as

³⁵ A esse respeito recomendo a visita ao espaço “Meu Porto Maravilha”, localizado na Rua Barão de Tefé, ao lado do Cais do Valongo no Rio de Janeiro. O espaço foi criado pelo poder municipal, a fim de divulgar as obras e os programas integrados ao projeto.

³⁶ Ver mais em SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.

horizontalidades e as verticalidades. O primeiro seria o espaço banal, do cotidiano que desenvolve uma contra racionalidade, enquanto que o segundo seria os pontos que asseguram o funcionamento global da sociedade e são vetores de uma racionalidade superior, do discurso pragmático dos setores hegemônicos. Resgatando esses conceitos, é possível perceber como as verticalidades tendem a romper com as horizontalidades, no caso do Porto Maravilha, sobretudo, no Morro da Providência. Retira-se moradores para a inclusão de centros culturais, vias urbanas e acessos facilitadores, como o teleférico, desconsiderando a lógica pertencente ao cotidiano das famílias que vivenciam o lugar, dando um novo sentido para os que permanecem e que chegam.

Seguramente, promove-se o afastamento da população mais pobre para áreas periféricas da cidade³⁷, devido às mudanças nas relações socioeconômicas no local. E aqueles que permanecerem nas imediações deste “novo centro”, certamente, sentirá a quebra de uma cultura material e imaterial ali estabelecida e o condicionamento de novos comportamentos. A ação hegemônica do Estado conduz a essa desagregação, quando retira os elementos oriundos da própria região, elevando a importância dos fluxos e do dinheiro, estabelecendo um novo relevo às relações sociais, conduzindo à verticalização. Fica evidente que este projeto, de intensa transformação urbana na zona portuária, tende a gentrificar o espaço, isto é, a substituição da população tradicional pertencente à região, por uma classe média atraída por investimentos e pela promessa do estabelecimento de um novo estilo de vida no centro, próximo do trabalho e de setores de serviços.

Mas apesar das ações do Estado junto ao capital privado, é importante esclarecer que a noção de Estado que se quer recuperar, é aquela proposta por Poulantzas, ou seja, “uma relação de forças entre classes e frações de classes”.

O Estado, sua política, suas formas, suas estruturas, traduzem, portanto, os interesses das classes dominantes não de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada das lutas de classes em movimento³⁸.

A formulação de Poulantzas distancia-se da ideia de Estado como “coisa”, instrumento passivo e totalmente manipulado por uma única classe ou fração, bem como da concepção de

³⁷ Em conversa informal com um morador no Bar do Mineiro, o mesmo comentou que teria recebido uma proposta de compra de um imóvel do PMCMV no bairro de Triagem.

³⁸ Uma maior compreensão sobre os conceitos de Estado-sujeito e Estado-coisa, bem como a ideia de um Estado representado por uma condensação das lutas de classes, ver: POULANTZAS, Nico. O Estado, o poder e o socialismo. Rio de Janeiro. 2ª Ed, 1985.

“Estado-sujeito” dotado de uma vontade racionalizante, de poder próprio e autônomo, sempre exterior às classes sociais. Essas duas teses (Estado-Coisa e Estado-Sujeito) não explicariam a complexidade do estabelecimento da política do Estado em favor das classes dominantes no Rio de Janeiro, nem suas contradições internas. Por isso, a concepção de que seria uma “expressão condensada das lutas de classes em movimento”, pois, ainda que as classes dominantes tenham uma atuação decisiva nas diretrizes políticas da cidade, percebe-se também, algumas exceções que essas classes, juntas ao Estado, precisam fazer para regular esta relação de forças e manterem-se hegemônicas. E, todas as ações sociais e culturais fortemente divulgadas, sem dúvida, são respostas às forças subalternas que também se encontram no seio desse Estado, ainda que não sejam suficientes para uma transformação eficaz, mas estão lá.

Fica evidente que este projeto, de intensa transformação urbana na zona portuária, tende a gentrificar o espaço, isto é, a substituição da população tradicional pertencente à região, por uma classe média atraída por investimentos e pela promessa do estabelecimento de um novo estilo de vida no centro, próximo do trabalho e de setores de serviços. Isso porque, o principal objetivo alegado pelo Porto Maravilha seria a modernização da área, com o intuito de atrair o capital imobiliário para investir em novas unidades residenciais, comerciais, de serviços e de cultura e lazer. Dinamizar a economia do local, recuperando a vocação residencial da região e a reurbanização dos morros próximos ao empreendimento, bem como a criação de novos postos de trabalho e de geração de renda.

Mas o que se percebe no decorrer dessas ações urbanísticas é a negligência com os moradores da região que já estão sofrendo com os impactos da elevada especulação sobre os imóveis, além daqueles que vivem constantemente sob ameaça de remoção.

CAPÍTULO 2 – VIVENDO AS LADEIRAS DA PROVIDÊNCIA

Opinião

Podem me prender
 Podem me bater
 Podem, até deixar-me sem comer
 Que eu não mudo de opinião
 Daqui do morro
 Eu não saio, não

Se não tem água
 Eu furo o poço
 Se não tem carne
 Eu compro osso
 E ponho na sopa
 E deixa andar
 Fale de mim quem quiser falar
 Aqui eu pago aluguel
 Se eu morrer amanhã, seu doutor
 Estou pertinho do céu.

Zé Ketí, 1963.

2.1 CASAS FLUTUANTES: AMEAÇAS E INCERTEZAS

Quem hoje sobe o morro da Providência pode notar nos muros frontais das residências um borrão de tinta preto que escondem as numerações, seguidas da sigla SMH³⁹, que foram feitos em 2011, quando os moradores passaram a conviver com o fantasma das remoções de suas casas. A possibilidade de demolição data de 2010 com a divulgação do Programa Morar Carioca na favela, fazendo parte do conjunto de intervenções do então Projeto Porto Maravilha. A secretaria de habitação, sob o comando do secretário Jorge Bittar na época, iniciou as marcações das casas e a medição de cada unidade habitacional, a fim de coletar dados físicos para o início das obras, conforme ilustrado nos fotos a seguir.

³⁹ Secretaria Municipal de Habitação.

Foto 3 – Imóveis marcados pela SMH na região do Cruzeiro, na Providência.



Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2011.

Foto 4 – Imóveis que tiveram a marcação da SMH “apagada”, sem a reparação.



Fonte: Fotos tirada pela autora, 2014.

O programa Morar Carioca Providência prevê a retirada de 832 (oitocentas e trinta e duas) casas, segundo o fórum comunitário do porto⁴⁰, a fim de abrir espaço para obras ditas de urbanização no local, com a construção do teleférico com três estações que ligariam o morro à Central do Brasil e à Cidade Nova. Mas como o teleférico só atende ao acesso de uma parte do morro, o objetivo seria também a implantação de um plano inclinado que ligaria a Ladeira do Barroso à Praça do Cruzeiro que é a parte mais elevada da favela e que compõe a vista da cidade tão cobiçada pela prefeitura.

Além das obras de mobilidade, divulga-se também a inserção de uma nova rede de água, esgoto e drenagem, a construção de equipamentos sociais e esportivos, a construção de 855 unidades habitacionais, alargamento e pavimentação de ruas e ainda, a urbanização da Praça Américo Brum. Especula-se ainda, a criação de um Centro Histórico Cultural na região onde se localiza o Oratório, patrimônio tombado pelo Instituto Rio Patrimônio da

⁴⁰ O Fórum Comunitário do Porto foi uma das organizações mais atuantes para a resistência às remoções, atualmente, desfeito. O terceiro capítulo abordará de forma mais específica a sua atuação, composição e conflitos internos. Os dados sobre o número de casas a serem removidas estão disponíveis no site www.forumcomunitariodoporto.wordpress.com.

Humanidade (IRPH), antigo Cruzeiro, onde há uma grande concentração de moradias que tiveram as casas marcadas, conforme mostrado nas fotos 1 e 2.⁴¹

Foto 5 – Oratório da Providência.



Fonte: Foto tirada pela autora, 2014.

Ilustração 2 – Projeto Centro Histórico Cultural no Morro da Providência.



Fonte: www.rio.rj.gov.br (Acessado em 30/04/2014).

⁴¹ A informação completa sobre o projeto encontra-se em www.portomaravilha.com.br

Uma das grandes reclamações dos moradores que tiveram as residências marcadas seria o descaso das autoridades nessa ação que não apresentou nenhum canal de esclarecimento e negociação coletivo ou individual que fosse eficaz. Além de não ter propiciado a participação, o direito de informação aos objetivos das obras também foi incompleto, pois os comunicados teriam sido fragmentados e desconectados, dificultando o entendimento dos moradores quanto aos projetos, os reais objetivos e sua forma de execução. Alguns moradores relataram que até receberam cartas de convocação para se apresentarem à SMH, mas a grande maioria não deteve qualquer informação sobre os destinos de sua moradia e de suas vidas⁴².

Em visita à favela, no dia 26 de abril, questionei à senhora Francisca quanto ao “borrão” na fachada das residências que escondiam as numerações da SMH. A moradora revelou que as mesmas pessoas que marcaram as casas, foram no dia 17 de abril deste ano apagar as inscrições da secretaria de habitação. Diante dos questionamentos dos moradores, informaram que não haveria mais remoção nas respectivas residências. Segundo a moradora, não foi passado nenhum comunicado oficial quanto à desistência de remoção das casas marcadas, ainda sendo sentida a ameaça de remoção.

Este evento nos leva a algumas questões, sobretudo, a falta de comprometimento e transparência na tomada de decisões e ações do programa. Os funcionários da prefeitura apagaram as numerações que representavam as demolições das residências, mas não foram prestados esclarecimentos quanto a essa retirada, tão pouco um comunicado oficial quanto às mudanças no projeto inicial de urbanização e qual seria a nova intenção das obras.

O fato de a prefeitura marcar as casas, poluindo, visualmente, suas fachadas e, após a suposta desistência de remoção, apenas realizar um borrão em cima das numerações, sem realizar nenhuma reparação nas propriedades, também é um descaso sem tamanho. Essa última ação do poder público demarca nitidamente a distinção territorial de direitos entre moradores da favela e moradores do “asfalto”⁴³, pois, há de se perguntar: será que a prefeitura agiria da mesma forma em residências localizadas em bairros nobres da cidade, sobretudo, sem comunicar aos seus moradores os motivos das “pichações”?

⁴² Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações, 24/05/2011. Disponível em: <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com> (Acessado em 26/04/2014)

⁴³ Os termos “morro” e “asfalto” foram disseminados na obra “Cidade Partida” de Zuenir Ventura que tende a mostrar a dicotomia vivida entre os moradores da favela e os moradores de áreas urbanizadas de classes média e alta, devido a uma estrutura socioeconômica que divide a cidade em duas realidades distintas.

O “Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações”⁴⁴, criado pelo Fórum Comunitário do Porto (FCP), em 24 de maio de 2011, relata essa falta de informação como um dos principais direitos violados no decorrer do processo de remoção e ameaça de remoção de moradias na área portuária. Esta análise se baseia, segundo o FCP, na coleta de depoimentos dos moradores justaposta ao artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal, ao artigo 19º da Declaração Universal de Direitos Humanos, e ao artigo 13º da Convenção americana sobre Direitos Humanos que afirmam que o direito à informação é garantido como *direito fundamental dos seres humanos*. No próprio relatório, eles citam alguns depoimentos, tais como:

[O agente estava identificado?] Não, estava com um crachá virado e as informações não foram claras, porque eles falaram que vieram cadastrar e quando passaram alguns dias eles vieram pra cá com marreta, caminhão, pra desmontar tudo, quebrar tudo e botar todo mundo pra rua. (morador da Rua do Livramento, 182/184)⁴⁵.

O relato acima aponta para possíveis divergências entre a ação de remoção e a prévia comunicação, alegada pela prefeitura. Da mesma forma, outro morador aponta que o início das informações foi através de um comandante da UPP em uma reunião para a comunidade, sem esclarecer de forma responsável o projeto pretendido na região. Até mesmo por não ser a polícia militar a instituição que deteria a propriedade para dissertar sobre uma obra de enormes impactos a comunidade.

Tudo começou com as reuniões aqui da UPP, com o comandante daqui da UPP, tá? Chegou chamando o pessoal pra reunião, reunião da comunidade, e depois ele chegou falando: Gente, vai vir um projeto aí, obra na comunidade, vai mexer com todo mundo, então vocês tem que se movimentar, tem que se movimentar, tem que é... abrir o olho, tem que se movimentar... aí depois nas outras ele foi dando mais ou menos um passo a passo. Aluguel social, né? Essas histórias sobre aluguel social... aí é que a coisa foi andando, foi acontecendo, o pessoal todo ficou desesperado. (Morador da Providência – Área do Sessenta)⁴⁶

Além da desinformação generalizada, vale ressaltar que tais ações não ocorreram a partir da apresentação e discussão conjunta de um plano de remoção e reassentamento, ocasionando, assim, várias situações de violações de direitos básicos, como o direito

⁴⁴ Relatório de violação de Direitos e Reivindicações, 24/05/2011. Disponível em <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com> (Acessado em 26/04/2014).

⁴⁶ **Idem.**

constitucional à informação, à inviolabilidade do lar e ao direito humano à moradia digna (Relatório de violação de Direitos e Reivindicações, p-16).

Essa ausência de diálogo, informação e a forma de contato estabelecido pela prefeitura, sem dúvida alguma, é uma das principais insatisfações dos moradores. As obras de urbanização seriam muito bem-vindas se junto com elas, não viessem às ameaças de retirada das famílias de seus lares.

Ninguém aqui é contra a obra não, sabe? É a maneira como a obra entrou aqui dentro da comunidade, sem a participação dos moradores. Não teve uma participação, não teve... Até se tivesse uma participação, um diálogo, as coisas poderiam estar bem amenizadas. Mas não! Eles já entraram com truculência, achando que eles são os donos do espaço, que a terra é deles, entendeu? É do tipo assim: o Sr. Secretário falou que as paredes são nossas, mas o chão é deles. Então quer dizer, uma “Casa Flutuante”? Não, não é assim não... Não é assim mesmo!⁴⁷

A entrevista com a moradora denota a dificuldade de diálogo de agentes da prefeitura com a causa dos moradores e os impactos sofridos por eles com a realização das alegadas obras de urbanização. A casa da Sra. Regina localiza-se em frente à estação do teleférico, sendo uma das poucas que ainda resistem à remoção na parte da Ladeira do Barroso, sendo ainda alvo de disputa na justiça.

Essa incerteza quanto à continuidade ou não das obras por si só já se apresenta como um descaso que fere o direito de cidadania.

Uma das grandes queixas da Sra. Francisca seria quanto a não poder fazer nenhuma melhoria no seu imóvel, como por exemplo, uma pintura, pois não sabe se amanhã terá que se retirar e todo dinheiro investido em sua casa, que vem de muito “suor” de seu trabalho, seja utilizado em vão.

Há dois anos que começou esse negócio de demolir, acaba com tudo. Sabe? Depois, esqueceu... a prefeitura não veio mais aqui, ninguém da prefeitura. E agora, a gente fiquemos (sic) sofrendo e as casas acabando, acabando. Porque nossas casas tudo, estão tudo acabadas. E agora ninguém sabe o que faz. Disseram que não era pra fazer nada. Falaram que iam botar tudo abaixo. E que não era para fazer nada. Passou as festas, passou o ano, São João. Já vamos entrar em outro junho agora e nada foi feito. Só tamparam a marcação. (...) Todo ano a gente limpava as casinha da gente, sabe,

⁴⁷ Entrevista apresentada no documentário “Casas Marcadas”, dirigido por Adriana Barradas, Alessandra Schimite, Ana Clara Chequetti, Carlos S. Moreira, Éthel Oliveira e Juliette Lizeray. A produção foi premiada com uma menção honrosa no 12º Festival Internacional de Cinema de Arquivo do Recine.

com sacrifício, comprava uma tinta, com muito suor, comprava pra pintar e ajeitar. Agora as casas ficam dois anos assim. Sem nada.⁴⁸

Em umas das regiões que também reúne diversas casas marcadas para a remoção, ainda que não seja a maior área de concentração, mas é um dos mais importantes alvos do projeto, a maioria da população desconhece o objetivo da retirada das suas casas.

Muito se fala sobre o teleférico e o plano inclinado, mas não se esclarece os motivos das remoções para as demais áreas no morro que, geralmente, se justificam por ser área de risco. A região em questão envolve o oratório e o Cruzeiro da Providência - a parte mais elevada do morro -, e que se pretende construir um Centro Histórico Cultural, conforme a ilustração de número 1.

Outro fator que contribui para a desinformação das obras é o fato da execução de todo o programa básico das obras de infraestrutura urbana no morro ser de responsabilidade do Consórcio Porto Novo, contribuindo para que não seja possível distinguir, com clareza, quais são as responsabilidades institucionais e financeiras de cada um dos agentes – SMH e Consórcio Porto Novo – em relação às obras do Morar Carioca, dificultando mais ainda a reivindicação dos moradores por informações transparentes quanto ao projeto na Providência e suas transformações.

2.2 CIDADÃOS SEM CIDADANIA: “NÓS QUEREMOS FAZER PARTE DESSE PROGRESSO”

As ações empreendidas no morro e a fala dos moradores afetados sugerem um descompasso e uma ausência de diálogo com os principais envolvidos com a utilização do lugar, sobretudo, em relação às representações do espaço vivido e sua importância cultural.

Segundo o morador Maurício Hora⁴⁹ as relações construídas no morro seriam intransponíveis. Os laços criados, os costumes e o espaço compartilhado seriam os motivos imateriais para o desejo de permanência na Providência. A ideia de cotidiano empreendida por Lefebvre traduz essa noção de pertencimento a um espaço que está além de sua casa.

⁴⁸ Entrevista concedida pela Sra. Francisca da Silva Almeida no dia 28 de abril em 2014.

⁴⁹ O morador Maurício Hora é uma espécie de liderança local na Providência por empreender diferentes ações sociais na favela, sobretudo, através da fotografia. É o responsável pelo espaço “Casa Amarela”, local de atividades culturais que abriga uma exposição permanente de fotos do lugar.

As transformações do cotidiano refletem no espaço em que vivemos. São nossas interações e a intensa produção de novas subjetividades que produz constantemente e ressignificam o espaço urbano. Encarar a cidade como obra, com o que Lefebvre trabalha sobre atividade participante é perceber que a cidade é produzida pelos laços, afetos, interações entre os moradores. (LEFBVRE, 2006, 123).

Parece pertinente ressaltar a importância da experiência vivida por cada sujeito, registrada em sua memória, incluindo a relação com o espaço. A contribuição do ambiente é registrada na memória autobiográfica e constitui o alicerce para a subjetividade do sujeito. (DAMÁSIO, 1999: p. 284-294). E não apenas na memória individual, mas também, coletiva, entendida como um fenômeno social construído coletivamente, conforme proposto por Maurice Halbwachs (POLLACK, 1989). Enfatizou que tudo que nós nos lembramos do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente. Todas as lembranças fariam parte de um contexto social e quando o indivíduo lembra, deve-se a algum envolvimento com os fatos vivenciados em grupo.

As lembranças narradas pelos moradores, durante as entrevistas, sobre a relação de solidariedade mútua, diante às dificuldades e carências compartilhadas podem ser recuperados aqui, como um sentimento de identidade. E que se torna mais vivo do que nunca, considerando a situação coletiva e atual que estão expostos⁵⁰.

Podemos então pensar, o quanto a identidade dos moradores também está sob-risco, uma vez que não conseguem antever um futuro promissor na mudança para outro território.

Ainda em conversa com a senhora Francisca⁵¹, que mora em frente ao Oratório⁵² e é responsável pela conservação do mesmo e as raras missas promovidas no local, notam-se o valor religioso e simbólico que o monumento possui para ela e sua família. Além de ser responsável por guardar a chave do espaço e mantê-lo em conservação, dentro de suas possibilidades, sua memória é permeada de recordações que remontam desde a sua chegada da Paraíba na comunidade à forma como foi conquistando o respeito dos moradores, tornando-se uma espécie de referência no local. Ela é a responsável pela compra da principal imagem em madeira localizada ao centro da parte interior do monumento.

Foto 6 – Interior do Oratório da Providência.

⁵⁰ Michael Pollack aponta para uma relação entre memória e identidade, entendendo a primeira como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

⁵¹ Entrevista concedida pela moradora Francisca da Silva Almeida em 28 de abril de 2014.

⁵² O Oratório é um monumento tombado pelo decreto 6.057 de 23/08/1986 pelo IRPH.



Fonte: Foto tirada pela autora, 2014.

Desta forma, parece que a retirada das residências localizadas no antigo Cruzeiro e nos arredores do Oratório pode ser entendida como uma medida arbitrária da prefeitura, pois não haveria sentido tornar o Oratório uma das paisagens turísticas da cidade, tendo que para isso, remover milhares de famílias que conservam e preservam o valor simbólico do monumento há anos no local, eliminando seus laços culturais e religiosos com a capela.

O que se percebe é que as redes de solidariedade e a identificação com o espaço também se tornam importantes barreiras para a aceitação das remoções. E ainda, como a sociedade do capital e os projetos em prol da modernização impõem novos mecanismos ocasionando um choque de mentalidades e transformando costumes, como no caso do Porto Maravilha.

Convém evocar Thompson nessa análise, pois, assim como analisado por ele na Inglaterra do século XVIII (THOMPSON, 1998: p. 150-160), onde as rebeliões eram resultado da quebra de costumes em relação ao fornecimento de pão e não somente a elevação do seu preço, vê-se uma possível quebra de costumes na Providência, devido às transformações urbanas pretendidas. Neste sentido, pode-se apreender que as resistências dos moradores, não ocorrem somente por questões financeiras. Conforme já evidenciado pelo morador Maurício Hora, existem motivos que transcendem o materialismo e que se justificam também pela vivência e o simbolismo do local. Segue a visão do morador Roberto Marinho, cuja família chegou ao morro em 1942:

Não somos contrários ao progresso no Morro da Providência. Também queremos fazer parte deste progresso tendo um lugar compatível com o que temos hoje, no mesmo local, pois todo o nosso círculo de convivência e de vida está neste bairro, ou seja, escola, mercado, trabalho, igreja, amigos entre outras coisas. Sem

contar as dificuldades que temos com alguns de nossos familiares que estão acamados e necessitam de cuidados contínuos e diários.⁵³

As relações criadas pelos moradores e o modo como vivenciam o lugar são aspectos centrais para o movimento de resistência. O espaço público na Providência é como se fosse uma extensão do privado, sendo as ruelas do morro o quintal da casa de muitos moradores. Espaço esse de diversão das crianças, de convivência e confraternização com promoção de churrascos e rodas de samba.

A gentrificação do espaço na Providência já vem se delineando, ainda que de forma tímida, com a quebra do caráter espontâneo tecido pelos moradores antigos e o recebimento de novos moradores que possuem uma maior identificação com os valores de classe média, localizador, sobretudo, na Ladeira do Barroso⁵⁴. Caso as intenções do projeto sejam postas em prática por completo, certamente, haverá uma transformação enorme na favela.

A criação da UPP na Providência e a construção de uma “comunidade”⁵⁵ tranquila, somado a construção do teleférico e as promessas de urbanização têm atraído moradores que possuem um estrato mais privilegiado se comparado à população residente há tempos no local. Um estrato que possui um maior acesso ao consumo e que reflete uma nova dinâmica socioeconômica sobre o espaço, ao mesmo tempo em que também reconstrói.

Assim, já vemos um comércio, aparentemente, regulamentado, subir as ladeiras da favela para comportar essa nova realidade.

Na ladeira do Barroso, um pouco antes do teleférico, se instalou uma loja de venda e assistência da Sky o que acabou chamando muito a minha atenção, porque sempre associamos a favela a um espaço tradicional do uso de mecanismos ilegais de TV a cabo, conhecida popularmente por “gatonet”. E não apenas da TV a cabo, mas também de serviços básicos de água, luz que não se fazem presentes nesses lugares de forma regular.

Antes da UPP, o comércio na Providência se resumia ao Bar do Mineiro no final do Barroso e a Lan House da Dona Ester, ambos funcionando na ilegalidade. Com a entrada da

⁵³ Disponível em: [rioonwatch.org.br/Relato das favelas cariocas. A história de uma família do Morro da Providência](http://rioonwatch.org.br/Relato%20das%20favelas%20cariocas.%20A%20hist%C3%B3ria%20de%20uma%20fam%C3%ADlia%20do%20Morro%20da%20Provid%C3%ancia) (Acessado em 15/10/2013).

⁵⁴ Essa afirmação não se aplica para os moradores da Pedra Lisa que ainda é a região do Complexo que possui maiores carências, podendo perceber até mesmo pela construção de moradias mais precárias. Segundo o censo do IBGE de 2010, essa população ainda concentra uma menor remuneração (até 1 salário mínimo), geralmente relacionada ao trabalho informal. Consulta os dados em Panorama dos Territórios – UPP da Providência, 2014. Disponível em: www.riomaisocial.org. Acesso em: 18 de abril de 2015.

⁵⁵ O termo comunidade foi utilizado com a intenção de ressaltar o eufemismo utilizado pela grande mídia e às elites como uma tentativa de amenizar as condições de pobreza estabelecida na favela.

polícia na favela, vemos a abertura de um espaço para o mercado em um território, historicamente, marcado pela informalidade.

A reportagem abaixo mostra a nova estratégia comercial para essas regiões pacificadas

De olho no novo mercado, a Sky lançou em setembro um plano exclusivo para as favelas pacificadas: o "Sky UPP" tem mensalidade de R\$ 44,90 e oferece 89 canais. A empresa não divulga números, mas o diretor de vendas, Sérgio Ribeiro, fala em ótimos resultados. "Antes da parceria, tínhamos uma pequena base de clientes nessas comunidades. Agora, em um mês, chegamos a ver o ritmo de venda crescer cerca de dez vezes. Para a SKY, é uma oportunidade de atingir consumidores que utilizavam serviços ilegais e agora podem optar por sair da ilegalidade"⁵⁶.

Dessa forma, vemos uma política dita social dialogando diretamente com os empresários, transformando a favela e o seu entorno em mercadoria. O espaço passa a ser alterado para que possa atender à demanda do mercado. E a ideia de segurança passada pela UPP se torna fundamental para garantir essa “ordem” na favela, através de um conceito disciplinador e não emancipatório. As pessoas são inseridas em uma lógica de dever de cidadão, mas sem ter seus direitos de cidadania reconhecidos. Será cobrada pela luz, água, TV a cabo, até mesmo por regras de convivência nos espaços urbanizados, como o teleférico. Mas não gozam da mesma qualidade de vida e de serviços dos que moram no “asfalto”, tão pouco dos mesmos direitos, vide o tratamento dispensado pela prefeitura nos comunicados do Morar Carioca.

Foto 7 Teleférico da Providência – Estação da Central.



Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2015.

⁵⁶ Disponível em <http://terra.com.br/noticia?n=4853133> UPPs abrem caminho para economia formal nas favelas do Rio. 20 de dez de 2010. Acesso em : 01 de jul de 2015.

Além da Sky, outros estabelecimentos foram criados como uma Corretora de Seguros e o Bar da Jura, localizado atrás do teleférico. A Dona Jura, como conhecida na Providência, além de servir almoço e lanche no bar, atendendo mais especificamente, os próprios moradores, disse receber grupos de turistas que buscam conhecer a favela. Anteriormente, já fazia esse serviço na chamada “Laje da Jura”, restaurante improvisado no terraço de sua casa, na :Rua da Grota, 31, conforme informado pela moradora e sugerido na reportagem divulgada

Tenho maior orgulho desse lugar. Aqui tem muita coisa boa, tem o Centro Cultural Casa Amarela que está com uma exposição de fotos muito bacana e outras coisas muito boas. Pode vir que vai ser bem recebido, garante Juraci⁵⁷.

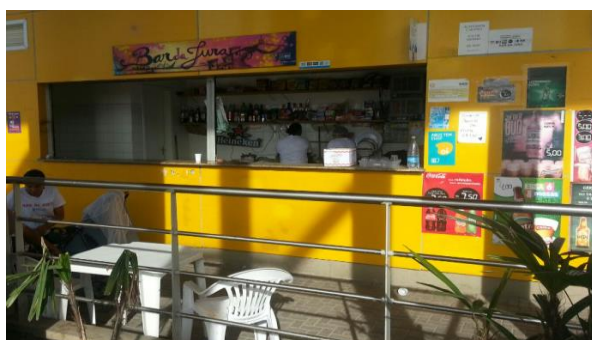
O estabelecimento de Dona Jura passou por uma significativa mudança, perdendo sua característica caseira e improvisada, para adequar-se a um modelo de bar que atende a um modo burguês, sendo, inclusive, colocado na formalidade.

Foto 8 – Laje da Jura na implosão da Perimetral.



Fonte: Jornal O Globo, 23/11/20136.

Foto 9 – Atual “Bar da Jura”, inaugurado em janeiro de 2015.



Fonte: Foto tirada pela autora, 2015.

⁵⁷ Jornal O Globo, 23 de nov de 2013. Laje da Jura vira camarote para ver implosão da Perimetral, no Rio.

Segundo a atual presidente da Associação de Moradores – vice na época da reportagem – com a implantação da UPP da Providência, vários empreendedores da comunidade conseguiram se formalizar e até melhorar os negócios.

Está mais fácil para tirar os documentos, mas ainda estamos tentando mais incentivos do poder público, pois tem muita cozinheira sem condições de montar sua cozinha, e cabeleireiras e manicures que não podem comprar lavatórios ou cadeiras⁵⁸.

Além disso, para boa parte dos moradores a UPP foi uma forma de possibilitar a uma melhor circulação dentro da comunidade, sem que houvesse o risco de se depararem com tiroteios entre policiais e traficantes, situação frequente antes da chegada do organismo de segurança.

Atualmente, até mesmo pessoas de fora da comunidade acessam ao local, mas ainda com certas restrições, preferencialmente, acompanhadas por moradores. Sendo assim, a UPP na região estava nos planos do poder público, a fim de permitir a entrada do Estado para a realização das alegadas obras de urbanização, uma vez que o Morro localiza-se em uma das áreas determinada para as obras, tendo uma vista ampla da cidade cobiçada pela prefeitura para a consolidação do turismo no local.

Assim, vamos vendo o processo de urbanização, que despontou com a implantação da UPP na Providência, criando uma nova “cara” da favela.

O território do brincar na quadra poliesportiva da Praça Américo Brum abriu espaço para a instalação do teleférico e, posteriormente, o Bar da Jura. Até a presente data, não foi criado nenhum outro local de lazer para as crianças, conforme previsto no projeto. Nessa mesma quadra, também acontecia o Baile Funk que ficou suspenso por todo o tempo da obra do teleférico na comunidade, retornando esse ano. Ainda acontece no mesmo lugar, mas sem a quadra delimitando o espaço de ocupação do baile, sendo no entorno do Bar da Jura, com um espaço reduzido e desordenado.

Outra expressiva intervenção com as obras seria a criação do plano inclinado que ainda não possui uma posição para a sua construção. Visando ligar a parte da Ladeira do Barroso e do Farias à parte mais alta do morro, a Prefeitura projetou, inicialmente, uma espécie de elevador que conduziria os moradores, evitando a subida dos 165 degraus. Ainda não começou a ser construído, passando por diferentes projetos para sua construção, por envolver um número expressivo de moradias a serem removidas no local projetado para o seu funcionamento. Até o momento, planeja-se construí-lo no meio da escadaria da Providência,

⁵⁸ Matéria disponível no site www.g1.globo.com do dia 16/08/2011

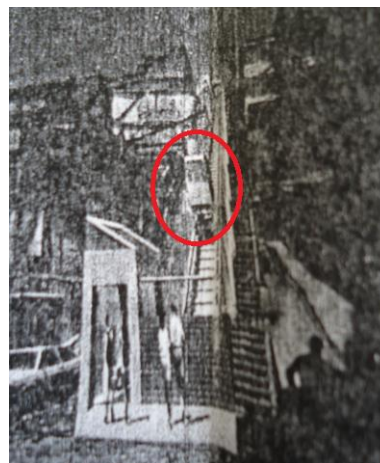
abandonando o projeto original que teria sua localização à esquerda da subida e que iria substituir as diversas moradias existentes há décadas, conforme ilustrado nas figuras nas fotos a seguir ⁵⁹.

Foto 10 – Escadaria da Providência.



Fonte: www.fase.org.br (Acesso em 01/04/2015)

Foto 11 – Revisão do Projeto do Plano Inclinado.



Fonte: Projeto disponível apenas na Associação dos Moradores da Providência, fornecido por Maria Helena dos Santos, presidente da associação.

O projeto fornecido na Associação dos Moradores apresenta alguns incômodos, segundo Maurício Hora, pois, as casas que se mantivessem na escadaria estariam muito próximas do plano inclinado, comprometendo a privacidade e circulação de ar desses moradores. Salienta que o espaço que seria preservado para aqueles que ainda utilizassem a escada seria de, aproximadamente, 60 cm. O elevador, praticamente, inviabilizaria a escadaria e não só no sentido exposto por Maurício, mas também em relação à prática comum de reunião e conversas no local.

No que tange a história do local, a instalação dessa rampa de trilhos promoveria uma descaracterização cultural da escadaria, considerada um patrimônio na favela, que teria sido construída por ex-escravos, sendo parte da memória das primeiras famílias que iniciaram a ocupação no morro. Local que se insere na história urbana como a primeira favela da cidade e de enorme representação simbólica. A própria gestão do prefeito César Maia, através do programa Favela-Bairro, explora o seu conteúdo histórico com a criação do Museu Aberto da Providência, informando que as fotos mais antigas que se tem da escadaria datam de 1870⁶⁰.

⁵⁹ No subtítulo “A justiça como resistência” será visto com maior profundidade os processos judiciais e como eles se inserem no processo de resistência dos moradores.

⁶⁰ Ver o vídeo “Museu Aberto da Providência”, dirigido por Rudi Lagemann.

Foto 12 – Vista do alto da escadaria de acesso a Igreja Nossa Senhora da penha.



Foto 13 - Imagem da Escadaria da Providência em 1870. Foto 9 - Escadaria, 2008.



Fonte: Imagens disponíveis no filme “Museu Aberto da Providência”, produzido pela prefeitura.

A urbanização no morro também objetiva a abertura de vias para circulação de transportes. Essa abertura possivelmente modificará a realidade, atraindo possíveis vícios urbanos com o fácil acesso de pessoas que não sejam da comunidade e afastando a sensação de relativa “paz” construída pelos moradores que se conhecem por morarem ali há anos. Além de descaracterizar o espaço marcado pela circulação de pedestres, apenas.

Para quem vive na Providência, o espaço lá “embaixo”, no entorno do Santo Cristo, Central e Gamboa, é compreendido como violento, por constantes roubos e presença de viciados. Essa distinção do território pode ser mais bem compreendida, a partir da resposta da senhora Ester Aury ao ser questionado, em sua opinião, o motivo das pessoas permanecerem na favela.

A maioria é assalariada e não tem estudo. As pessoas são muito carentes e não possuem recursos para trabalhar e acabam fazendo bicos para se sustentarem. Apesar de que alguns têm dinheiro e continuam morando aqui (...). Uma

vez conversei com um vizinho que tem dinheiro, tenente da Marinha, tem carro e tudo, mas não sai porque sabe que aqui não tem assalto. E isso é verdade, pois uma vez eu esqueci a chave na porta de casa do lado de fora e tocaram a campainha para me avisar. Existe essa ideia de que comunidade é comunidade, ninguém mexe (RODRIGUES, 2012: p. 95).

Sendo assim, o morro seria um espaço mais familiar, de pessoas que moram e se conhecem há anos em relação à parte baixa da região central marcada pela marginalidade. E, ainda que exista a presença dos chamados “vagabundos”, como dito pela senhora Francisca ao se referir aos traficantes, esses são meninos que eles mesmos viram crescer. Ainda diferente da análise pormenorizada das relações entre traficantes e moradores, diante das transformações do estilo de liderança na favela de Acari, sugerido por Marcos Alvito no livro “Um século de Favela”. O autor propõe naquele espaço uma quebra de vínculo, por serem os novos líderes mais novos, não se identificando com os moradores ou até mesmo por não conhecê-los.

Mas nesse caso, é importante ressaltar as especificidades de cada favela, por não serem homogêneas. A Providência possui uma população bem inferior a de Acari, com uma atividade cultural intensa por carregar o título da primeira favela da cidade, obedecendo a lógicas distintas.

2.3 CULTURA NÃO É MERCADORIA: ARGUMENTAÇÃO HISTÓRICA E LEGITIMIDADE

O morro da Providência por ser conhecido como detentor de uma história ímpar frente aos demais, conforme apontado nessa dissertação teve (e tem) sua história utilizada como argumento legitimador para a intervenção urbana. Assim, a prefeitura, com o apoio da grande mídia, busca justificar a entrada da lógica do mercado na favela, por meio não apenas de um discurso de carência, mas pela preservação de um espaço que representa a história da cidade. Para tanto, criou programas dentro do Porto Maravilha, a fim de se aproximar da população e imprimir um caráter de resgate cultural na região.

Para garantir a realização dessas ações culturais e sociais na região central, a CDURP criou o Porto Maravilha Cultural e o Porto Maravilha Cidadão, a fim de atender os princípios

norteadores, identificados, respectivamente, nos itens V e XIII do inciso 1º da Lei Complementar 101/2009⁶¹:

V – possibilitar a recuperação de imóveis com a importância para a proteção do patrimônio cultural e a criação de circuito histórico-cultural, contemplando a devida identificação dos patrimônios material e imaterial, passado e presente, e capacitação técnica na área de turismo e hotelaria, visando promover o circuito;

(...)

XIII – estimular as atividades de geração de trabalho e renda existentes na região.

Essa intenção de tornar a cultura um braço das políticas que tendem a transformar a cidade e suas relações em mercadoria, não é exclusividade do governo de Eduardo Paes⁶². Já havia sido iniciado na gestão do prefeito César Maia, no contexto de investida do Porto Novo, apresentado no capítulo anterior.

A tentativa se deu por meio da implantação do Museu a Céu Aberto da Providência, idealizado pela arquiteta e urbanista Lu Petersen, para o Projeto do “Favela-Bairro”. Seria parte da revitalização da área portuária que, além do museu, incluía a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa, a fim de viabilizar um roteiro turístico. A visita ao museu seria focada em seus aspectos históricos, como a escadaria construída pelos escravos, igrejas do início do século XX, e a casa de Dodô da Portela, porta-estandarte da escola de samba Vizinha Faladeira, fundada na Providência, que funcionaria como museu do carnaval. Além de três mirantes com vista para o Pão de Açúcar, Corcovado e Baía de Guanabara, unindo assim, o patrimônio do turismo (FREIRE, 2006).

Na obra da socióloga Bianca Freire, a mesma afirma a existência de mudanças nas políticas públicas referente às favelas do Rio de Janeiro que não mais visam à remoção em massa e sim, um modelo de atração turística, fundando um “patrimônio da favela”.

(...) da favela, que busca ser vista como parte historicamente relevante da cidade, assumindo uma visibilidade distinta daquela que a associa à violência; e a da própria noção de patrimônio, que se distancia de suas definições mais cingidas, tem revistas suas instâncias de

⁶¹ Lei Complementar nº 101 de 23 de novembro de 2009. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br> (Acessado em 16/06/2014).

⁶² Eduardo da Costa Paes é o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, cargo que ocupa desde 1º de janeiro de 2009, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

validação e passa a qualificativo de um território geográfico e simbólico ainda amplamente estigmatizado⁶³.

Assim, a reafirmação da favela pela patrimonialização aparece e pode ser “uma chave de interpretação sobre as favelas, problematizando o argumento que as coloca como a ‘anti-cidade’, como o avesso perverso da lógica urbana”.

Além da abordagem da autora, é possível apreender uma estratégia panfletária que se utiliza dessa valorização da favela e suas representações culturais para justificar as ações urbanísticas.

Baseando-se nessa herança cultural e o imaginário histórico gerado por receber o nome da primeira favela carioca, somada à atribuição de sua construção pelos soldados de Canudos (evento histórico obrigatório nos livros didáticos, consagrado pela História Oficial), encontramos diferentes visões respaldadas em um argumento histórico.

A propaganda do governo lança nos canais de comunicação somente possíveis benefícios com as obras atuais do Porto Maravilha, utilizando-se de entrevistas de moradores que concordam com as remoções, como forma de ratificar o seu compromisso com o programa político. O conceito de “dilatação do testemunho”, proposto por Beatriz Sarlo, pode ser interpretado, neste caso, como um recurso para ampliar a validade e eficácia do projeto, afastando a incidência dos casos que apontam os lados negativos.

O Morar Carioca não é só obra, significa conservação, manutenção de equipamentos e atenção do poder público. Talvez esta seja a intervenção mais simbólica do Morar Carioca, porque a Providência é a primeira favela do Rio e está na Zona Portuária, que passa por um enorme processo de revitalização. Com a entrada do Morar Carioca, todos os moradores são tratados com dignidade. Isso daqui vai virar um ponto turístico da cidade⁶⁴.

Analisando os artigos da lei complementar, podemos perceber que a lei prevê a necessidade de manter os patrimônios materiais e imateriais e possibilitar a sua recuperação. Mas podemos apontar algumas fragilidades substanciais em toda a área de ação do Porto Maravilha.

No caso dos armazéns utilizados por escolas de samba do segundo grupo, que não conseguiram se inserir na Cidade do Samba e que abrigam cooperativas de cenógrafos e grupos de teatro e dança, há uma constante ameaça de perda dos locais de trabalho, sem terem

⁶³ **Ibidem.**

⁶⁴ **Folha do Porto Novo, Edição 7 – Ano 1. Out de 2012.**

sido devidamente consultados. E, dificilmente, encontrarão um espaço semelhante e com um mesmo custo na região com a valorização do local que se espera. Um exemplo seria o Galpão das Artes localizado na Avenida Venezuela, número 232 a 238, passível de demolição.

Foto 12 – Galpão de Artes da Rua Venezuela



Fonte: Foto de Roberto Anderson Magalhães, 2011

Reportando-se ao espaço da Providência, é possível identificar também reais contradições aos artigos da Lei Complementar. Determinados espaços de extrema importância para os moradores, como a Praça Américo Brum, que detinha uma quadra poliesportiva e era o único espaço de lazer da comunidade, bem como de realização de festividades, como o baile funk, foi demolido para dar espaço ao teleférico.⁶⁵

Foto 13 – Antiga Quadra Poliesportiva da Praça Américo Brum.



Fonte: Foto tirada pela autora, 2011.

Outros exemplos seriam a ocupação da escadaria de acesso a Igreja Nossa Senhora da Penha, que se inicia na Ladeira do Barroso, pelo futuro plano inclinado.

A construção de casas culturais e ruas de pedras na região do Oratório, com características semelhantes aos do centro da cidade de Paraty, no interior do Rio de Janeiro, seria uma forma de desconfigurar a história do local. A remoção de moradias que compõem o cenário da favela há mais de um século e representam de fato a sua história, denota a

⁶⁵ Tal obra e sua repercussão na favela serão discutidas mais adiante.

maquiagem que se pretende realizar na favela para torná-la um ponto turístico agradável, visando ao lucro.

O item XIII da lei, por sua vez, pode ser compreendido como uma forma de atender ao empresariado, uma vez que não tem por objetivo ascender à condição de vida dos moradores e sim, promover um exército de mão de obra necessário para ocupar os postos de trabalho pretendidos na região, principalmente nas áreas de construção civil, comércio e de serviços, reproduzindo o modo de exploração da classe trabalhadora.

Em suma, as ações do governo na região estão sempre atreladas à memória do morro e sua simbologia. Além do abandono e degradação sofridos ao longo dos anos em toda à área central que engloba a Providência, a argumentação histórica também se torna uma forte justificativa para se promover as obras de revitalização e restauração do patrimônio cultural dessa região.

A criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana que pretende valorizar os locais marcantes da memória afro-brasileira é uma ação que responde a esses anseios. Mas algumas entidades ainda apontam certas fragilidades no programa, como por exemplo, a Arqpedra (Associação Remanescente Quilombola da Pedra do Sal) que entende que o projeto exclui determinados pontos, como era o caso da própria Pedra do Sal, e menospreza o seu valor cultural, reafirmando o distanciamento com importantes elementos da história africana, tendo o único objetivo de atrair turistas.

Atualmente, a Pedra do Sal foi incluída no circuito, mas sua abordagem ainda limita-se ao ponto de descarregamento de sal e escravos nos séculos passados e posterior recanto de importantes sambistas da cidade. O primeiro ponto tende a resgatar apenas a narrativa do negro enquanto escravo, mostrando o tipo de posição que o negro ocupava naquela época, desprezando a discussão de como tratamos a história do negro hoje e importantes elementos que influenciaram (e influenciam) até hoje na vida cultural da cidade. O próprio Museu dos Pretos Novos que também compõem o Circuito possuiria a mesma função. O segundo ponto, faz com que a roda de samba da Pedra do Sal seja valorizada, porque atrai turista e até mesmo moradores de outros pontos da cidade que não se identificam com o lugar, mas se identificam com a roda, mas sem conhecer de fato outra parte relevante da Pedra, ligada aos rituais religiosos da população negra. Temos várias igrejas católicas preservadas e que contam sua história religiosa, mas não vemos o mesmo quando se trata dos espaços reservados às religiões de origem e/ou influência africana. A própria disputa presente sobre as terras do Morro da Conceição que são garantidas à Comunidade Quilombola remanescentes da Pedra

do Sal e que há tempos vem sendo reivindicada pela Veneração da Ordem Terceira (VOT)⁶⁶. Percebe-se, portanto, a omissão dessa comunidade na rota do ponto turístico que diz resgatar a história dos descendentes africanos, já é passível de questionamento.

Sendo assim, a própria valorização do patrimônio cultural do Porto Maravilha é seletiva e pode apresentar problemas quanto ao recontar a história da população que vivia aos arredores do Porto.

Mas cabe ainda ressaltar que o uso da história também é utilizado pelos movimentos sociais, em especial, o próprio movimento de resistência às remoções, justificando seus pleitos nas raízes históricas que remontam desde a criação do reconhecimento de primeira favela carioca até o surgimento das primeiras rodas de samba e blocos de carnavais como a Vizinha Faladeira. Deste modo, o respeito aos moradores passaria por esse lugar construído e não pelo simples direito à cidadania plena, pois a distinção territorial de direitos, do que Zuenir Ventura convencionou chamar de “cidade partida”, seria uma cruel realidade diante de uma cidade fragmentada pela sociedade mercantil e que impede a busca pela cidadania por si só.

Com isso, a argumentação histórica torna-se um ícone de legitimação de direitos e um importante veículo para justificar as ações de movimentos de resistência e reconhecimento social, mas, sobretudo, do Estado, sendo um importante dispositivo de ação do poder hegemônico.

Percebe-se em todos e diferentes pronunciamentos dos representantes do poder público e também de líderes comunitários em favor da resistência às remoções, uma fala atrelada à história do morro e sua relevância para cidade, de acordo com a intencionalidade de cada grupo que se pretende representar.

2.4 TELEFÉRICO PARA INGLÊS VER

O teleférico se tornou o símbolo dessa investida do poder público na Providência, sendo o carro-chefe da modernização do espaço, aos moldes do capital. Toda mercantilização do espaço e da cultura construída sobre a favela, seria, portanto, “transportada” pelas suas gôndolas.

Conforme relatado anteriormente, os moradores que promovem o movimento de resistência às remoções chamam a atenção para o fato de a administração pública municipal

⁶⁶ Ver mais sobre o assunto em “Sabe com quem está falando”? Disponível no site <http://www.raizesemmovimento.org.br>. Acesso em: 02 de setembro de 2015.

ter deixado de observar a necessidade de prévia participação dos moradores nas discussões que envolvem o lugar em que residem há anos. Ainda que a prefeitura alegue ter realizado assembleias e reuniões com os moradores e líderes comunitários, entendem que não foram suficientes para atender aos seus anseios. Por isso, apontam também pela ausência de audiências públicas que possam lhe prestar subsídios e informações mais claras junto à sociedade, bem como oferecer aos interessados a oportunidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões relativas ao assunto em questão.

Em entrevista com a moradora Vera Lúcia Ferreira, moradora da Ladeira do Barroso 238, a mesma deixa claro o quanto as obras realizadas até o momento não representaram nenhum ganho para os moradores:

(...) minha casa não está na lista para ser removida e nem foi, mas algumas foram e para mim foi desnecessário, porque está tudo aí parado, como o Eduardo Paes falou na reunião na Praça que a obra não ia dar continuidade, então para mim foi uma coisa desnecessária, um dinheiro desnecessário, jogado fora. Coisas que a gente precisa aqui não tem. O teleférico foi colocado na praça onde tem acesso a carro, Kombi e a moto e a gente que mora na parte mais alta e que não têm acesso a nada, não teve... O bondinho está parado há dez meses aí sem funcionar. Então, para mim, foi um dinheiro jogado fora ⁶⁷.

Através da fala da Sra. Vera e de outros moradores entrevistados, percebe-se a insatisfação quanto à forma como o projeto foi encaminhado e por não atender aos seus anseios, frente às dificuldades que são sentidas por quem vive na comunidade. A construção do teleférico foi realizada em uma localidade que não apresentou muitos ganhos para boa parte dos moradores que residem na parte mais elevada do morro.

Notoriamente, não são contrários às obras, tão pouco à construção do teleférico em si, mas sim, ao local designado para a sua instalação que não contribuiu com o deslocamento de quem mais teria carência de mobilidade, isto é, àqueles que moram na região que não tem acesso à meio de transporte algum. Além do local, os gastos utilizados apenas para a sua construção são alvo de muita indignação. A construção custou 75 milhões de reais dentro do orçamento de 163 milhões direcionados às obras de infraestrutura e urbanização da favela, colaborando com a visão dos moradores que entendem que seria uma obra desnecessária em uma comunidade que possui tantas outras prioridades, conforme apontado pela moradora

⁶⁷ Entrevista concedida por Vera Lúcia Ferreira, moradora da Ladeira do Barroso 238, em 28/04/2014, antes da inauguração do Teleférico.

Vera Lúcia. Considerando esse tipo de afirmativa, já é possível compreender certo descaso do poder público frente às reivindicações da população da Providência.

No dia 21 de dezembro de 2012, ocorreu o primeiro teste do teleférico na antiga Praça Américo Brum, com o acompanhamento do secretário municipal de habitação, Pierre Batista, do deputado federal, Jorge Bittar e do prefeito Eduardo Paes. O edital publicado pela SMH previa a construção de três estações interligando a Central do Brasil, Providência e Cidade do Samba, percorrendo uma distância de 665 metros e com capacidade para uma demanda de 1000 passageiros/hora. As cabines podem transportar até 10 passageiros, tendo um tempo de percurso de 4m35s. Conforme divulgado no site do projeto, estava previsto para inaugurar em abril de 2013, mas devido a questões burocráticas para a designação da concessionária responsável pelo funcionamento, foi inaugurado somente no dia 02 de julho de 2014, com mais de 13 meses de atraso. Até a presente data o equipamento funciona sem nenhum contrato de prestação de serviço, sendo administrado em estado de comissionamento, o que quer dizer que permanece em fase de testes e treinamento. Inclusive, sendo um apontamento de alguns moradores que informam ser constante a redução da jornada para fins de manutenção. O horário de funcionamento é ainda reduzido, sendo de 7h às 21h de segunda a sexta e sábado de 8h às 14h, não funcionando aos domingos e feriados. Cabe ressaltar, diante de tantas alterações no horário de funcionamento, que a informação é recente, datando da minha última visitação à favela, em agosto deste ano. Uma obra de tantos gastos que previa uma maior mobilidade na favela que apresenta inúmeras restrições de uso.



Fonte: Quadro disponível na estação da Central.



Fonte: Cartaz informativo colado na estação da Central.

Um problema levantado à época da sua construção foi a manutenção dos projetos públicos na favela. Recentemente, foi divulgado na mídia o abandono e a ausência na

cobrança das tarifas no Teleférico do Complexo do Alemão, estando com uma operação limitada. Quando se perde o interesse político e econômico nos projetos quem mais está sujeito a perdas é o próprio morador da comunidade. Sem um contrato de prestação de serviço, a continuidade do seu funcionamento pode ficar ameaçada, sobretudo, após o contexto dos megaeventos.

Somente no dia 24 de junho de 2014, foi divulgada a data da inauguração do empreendimento, prevista para o dia 29 de junho, após treze meses de espera. O atraso no funcionamento rapidamente abriu espaço para a construção de uma expectativa que se justificava pelo fato do teleférico ser um dos símbolos da revitalização da Zona Portuária do Rio.

Construído para ser um dos símbolos da revitalização da Zona Portuária, o teleférico do Morro da Providência finalmente será inaugurado no próximo domingo ⁶⁸.

A administração do teleférico está a cargo do Consórcio “Porto Novo” também responsável pelas obras de reurbanização do porto na PPP já citada anteriormente. Mas foi apenas no dia 02 de julho que o transporte foi inaugurado oficialmente na “comunidade”. Segundo os jornais de grande circulação, como O Globo e o Extra, os moradores teriam aprovado o transporte.

É muito difícil ter que descer o morro a pé ou de Kombi. Com o teleférico, vai ser ótimo. Vou até retomar minha fisioterapia – afirmou Marlene, que também levou a cachorrinha Belinha para o passeio nesta manhã. (Extra, 29/06/2014).⁶⁹

De forma geral, o que se depreende sobre o teleférico, a partir da fala dos moradores entrevistados, é que ele poderia sim ser um meio de transporte vantajoso para a locomoção dentro do morro e, portanto, muito bem-vindo. Mas o que se ressalta, é que a sua implantação não seria uma prioridade na favela, visto tantas outras carências básicas. O teleférico deveria ser a última ação dos agentes públicos na favela, mas acabou sendo a primeira. Apenas com as obras do teleférico, a prefeitura gastou, aproximadamente, 40% do orçamento destinado às obras de urbanização. Em uma comunidade que ainda vemos falta de água e esgoto a céu aberto.

⁶⁸ Jornal O Globo, 24 de junho de 2014.

⁶⁹ Jornal Extra, 26 de junho de 2014 – Disponível em: www.extra.globo.com/noticias/rio/moradores- aprovam-teleférico-morro-da-providencia-13108840.html (Acessado em 26/06/2014).

Na semana posterior à inauguração, estive na favela e realmente, conversei com alguns moradores que se mostraram satisfeitos com a inauguração do teleférico. Mas isso por que, a construção já estava pronta, e já não havia mais riscos aos moradores. As remoções indesejadas já tinham sido concluídas. Não havia mais motivo para não dar prosseguimento à sua inauguração. Até mesmo por conta do valor gasto com a construção. Corria o risco de todo o aparelho já erguido se deteriorar, gerando mais despesas desnecessárias. Despesas com o dinheiro que seria para a favela.

Neste caso, o ponto a ser problematizado, seria quanto à ação da prefeitura na favela, seja para a construção do próprio teleférico e sua disposição, como para tantas outras obras ditas para a urbanização do morro.

2.5 O MORRO É UMA ÁREA DE RISCO

Uma das alegações da prefeitura para a remoção dos moradores está intimamente relacionada à iminência de deslizamentos e possíveis acidentes com a queda de encostas, uma cruel realidade de muitos morros do estado do Rio de Janeiro.

Diante dos constantes argumentos de necessidade de remoção, devido à existência de riscos de desabamentos, o FCP junto a lideranças da comunidade promoveu um relatório sobre as visitas técnicas⁷⁰ realizadas por profissionais da área, no Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23 de agosto e 07 de setembro de 2011. Fizeram também um parecer técnico sobre os motivos alegados pela prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades

Uma das conclusões de ambos os relatórios foi à identificação de um fator de risco real, mas que não está associado às condições de estabilidade da encosta, mas sim, à existência de construções precárias com a utilização de madeira e material reaproveitado. Ressalta-se, no entanto, que esse tipo de risco poderia ser facilmente eliminado mediante reconstrução dessas casas. (Relatório sobre situações de risco geotécnico, p-8).

⁷⁰ Disponível em: www.forumcomunitariodoporto.wordpress.com (Acessado em 10/07/2014).

Foto 14 – Exemplos de moradias precárias na Providência.



Fonte: Relatório de “Situações ameaçadas de remoção na Providência identificadas e mapeadas pelo FCP”

Tal observação levantada por profissionais de engenharia e arquitetura que formularam o relatório solicitado pelo FCP faz com que nos reportemos ao inciso 1º do artigo 2º da Lei nº 101/2009 que destaca os princípios que fundamentam a OUC, mencionando que uma de suas diretrizes não só deve ser promover a habitação de interesse social à população residente que seja alvo de desapropriação, mas também incentivar a recuperação de imóveis ocupados para a melhoria das condições de moradia dessa população ainda residente. Esses princípios não encontram equivalência prática e observância legal no Programa da OUC, uma vez que o mesmo apenas define um conjunto de intervenções urbanísticas, sem qualquer projeto ligado à habitação de interesse social e, portanto, a reconstrução dessas moradias condenadas. A forte presença da lógica financeira como componente que estrutura a OUC faz com que todos os seus conteúdos estejam subordinados aos interesses da política urbana do grande capital e não a uma construção de uma cidade mais justa e ordenada.

Outro possível questionamento quanto ao exagero na classificação de área de risco na Providência deve-se ao fato de muito desses locais, alvo de desapropriação por risco, darão espaço a novos usos, como lazer e alargamento de vias, mostrando uma total contradição, pois a prefeitura alega a necessidade de retirada de famílias da região, mas vai urbanizar o lugar, com outras utilizações.

Segundo o parecer do relatório do FCP, não houve um estudo técnico adequado que sustentasse a remoção de centenas de casas. Destaca-se ainda, que os moradores não tiveram acesso a qualquer laudo técnico com o mapeamento de risco ou aos projetos que conteriam as especificações das obras previstas, com exceção de uma apresentação artificial pelo prefeito, durante um evento “festivo” promovido pela comunidade em janeiro de 2011, às vésperas do

início das obras. Com isso, a defensoria solicitou que a prefeitura apresentasse o projeto pretendido, mas foi passado durante uma reunião de “Mediação de conflitos” uma apresentação em power point, com informações extremamente limitadas e, portanto, desconsideradas pela justiça.

Segue abaixo uma síntese da tabela construída pela FCP com base nos relatórios realizados pela Geo-Rio Concremat *Engenharia* e tornado público pela prefeitura do Rio de Janeiro em dezembro de 2010 e as visitas dos próprios agentes do FCP à comunidade, a fim de estruturar o referido relatório e definir as áreas de realocação por risco e urbanização.

Tabela 2 – Tabela de Realocações do Morro da Providência

Morro da Providência	Realocações - ref. Urbanização	Realocações – ref. Risco	Total
Região do Sessenta	61	40	101
Centro Histórico/Anfiteatro do Cruzeiro/Mirante	36	37	73
Ladeira do Barroso/Faria/Praça Américo Brum	97	8	103
Rua da Grotta/Bica/Dolores Pires	123	79	202
Pedra Lisa	-	351	351

Fonte: Fórum Comunitário do Porto. Editado pelo autor, 2014.

Através dos dados levantados na tabela, percebe-se que o número de residências sujeitas à remoção por motivos de urbanização são superiores aos motivos de “risco”, desconsiderando a comunidade da Pedra Lisa, no caso. Mas ainda assim, a prefeitura em seus pronunciamentos, bem como a grande mídia, insiste em superdimensionar o fator “área de risco” para a remoção das famílias. Na matéria do Jornal O Globo, a nota sobre a inauguração do teleférico seguiu com um breve resumo sobre a situação das obras do Morar Carioca na comunidade.

A Secretaria Municipal de Habitação informou que ainda não há prazo para as obras do Morar Carioca, paralisadas desde 2011, serem retomadas, porque depende de uma decisão da Justiça. Os serviços foram suspensos por uma liminar obtida pela Defensoria Pública, a pedido de moradores que seriam removidos de uma área de risco para a construção de um plano inclinado de 70 metros de altura, ao lado de uma escadaria.⁷¹

A reportagem, de forma indireta, responsabiliza os moradores que estariam em área de risco pela a paralisação das obras, devido a sua interposição de liminar na justiça. Segue o pronunciamento do morador Roberto Marinho no Fórum Comunitário do Porto:

A estratégia de atuação da prefeitura dentro do morro quer culpar os moradores pela paralisação das obras, mas não é por causa de cinco moradores como vem sendo divulgado pela mídia, mas sim, por culpa da Prefeitura que não apresentou o Estudo de Impacto Ambiental e o Estudo de Impacto de Vizinhança e a falta de participação da comunidade no desenvolvimento do projeto.

Esses moradores que possuem suas casas ao lado da escadaria de acesso a igreja Nossa Senhora da Penha também não estariam em uma área de risco, segundo o laudo do FCP. Sabemos que a técnica utilizada pelo FCP também não é neutra, uma vez que o relatório foi criado com o objetivo de legitimar a permanência dos moradores na região. Um documento que apresenta os anseios dos moradores resistentes ao projeto de urbanização. E esta dissertação não tem a pretensão e nem propriedade para se avaliar os laudos técnicos, seja por parte da prefeitura ou do próprio FCP. Mas o que é providencial destacar é que , independentemente da intencionalidade de ambos os laudos, a reportagem omitiu os demais motivos que impulsionaram a interferência das obras pelos moradores por via judicial, como no caso, a ausência de estudo de Impacto de Vizinhança, bem como de Audiências públicas para a discussão das obras e cronograma do projeto.⁷²

⁷¹ . Jornal O Globo, 24 de junho 2014.

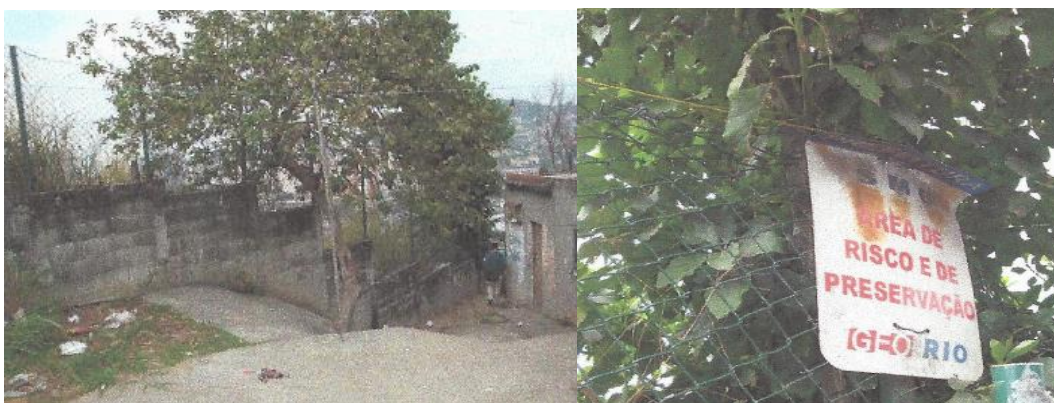
⁷² Exemplos de notícias veiculadas nos jornais de grande circulação que não apresentam críticas às remoções e ao contrário, ressaltando apenas a ação urbanística na área: Jornal Folha de São Paulo, Mercado, pag. B3, 28 de dezembro de 2010. Prefeitura e União investem em infraestrutura para revitalizar a área do entorno, atraindo empresas e turistas; Folha de São Paulo, Ilustrada, pag. E7, 17 de novembro de 2011, Rio cria circuito histórico para celebrar herança africana; Folha de São Paulo, Folha 10, pag. IM52, 02 de dezembro de 2012. Fotosfera, Porto Maravilha; Jornal O Globo, 25 de dezembro de 2014. Em obras de revitalização, Zona Portuária ainda não atrai empreendimentos residenciais; Jornal O Globo, 24 de julho de 2013. Porto Maravilha deve ganhar megacomplexo imobiliário de 3,5 bilhões.

Nota-se a convivência da grande mídia com as ações do poder público, sobretudo, para o auxílio da construção de uma opinião pública (BOURDIEU, 1981: p. 137-151)⁷³ favorável às obras pretendidas na favela. As notícias nos jornais de grande circulação, vinculadas às obras de revitalização do porto, em suma, não abordam as questões das remoções. Tal ação é silenciada pela mídia, tendo espaço apenas para notícias relacionadas ao aquecimento do mercado e as supostas melhorias advindas dessa “modernização”.

A região que estamos chamando de “Ladeira do Barroso/Faria/Américo Brum” na tabela, compreende essas residências para a construção do plano inclinado. Segundo o relatório do FCP, há um muro com alambrado que delimita a área que pode ser ocupada e as de risco, não sendo possível avaliar apenas a microrregião denominada de “Cantão” pelos moradores (sudeste da escadaria no final da Ladeira do Barroso). Somente para essas casas foi recomendada pelo FCP a realização de uma nova vistoria com o objetivo de efetuar uma avaliação mais detalhada para a necessidade ou não de demolições. Vale ressaltar que se trata apenas de oito casas nesta localidade e que não abrangem o espaço necessário para a implantação do Plano Inclinado.

Na região do Sessenta, também foi identificado um muro limítrofe construído em blocos de concreto, encimado por telas de proteção que acompanha quase todo o contorno da escarpa. Esse muro apresenta características estáveis, não sendo identificada nenhuma edificação que desrespeite o referido limite, segundo os arquitetos do FCP.

Foto 15 – Muro alambrado na área do Sessenta



Fonte: Idem, 2014.

⁷³ Considera-se aqui a crítica de Bourdieu ao conceito disseminado de opinião pública enquanto um somatório de opiniões individuais previamente colocadas, que poderiam ser aferidas por um órgão de imprensa ou de pesquisa. Para ele, a opinião está ligada às relações de poder e ao contexto de cada grupo social, cujos membros formulam questões particulares, ligadas a sua realidade. Deva forma, a opinião pública aparece como uma construção social.

Do mesmo jeito, as residências do ponto do “Centro Histórico” também apresentam características estáveis, respeitando a delimitação do muro construído pela GeoRio, bem como obras de contenção para a estabilização desse trecho, através das intervenções do Favela-Bairro⁷⁴, na gestão do ex-prefeito César Maia. Diante disso, identifica-se assim uma contradição entre o laudo de ação preventiva da GeoRio que baseado em critérios técnicos delimitou a área que é própria para ocupação, estabelecendo obras de contenção, com a definição genérica de risco da prefeitura que prevê a remoção de 37 domicílios sem nenhum relatório técnico próprio elaborado.

Já a área da “Rua da Grota/Bica/Dolores Pires”, apesar de estar incluída na classificação de “alto risco” no relatório do GeoRio, é possível se questionar se os danos poderiam impactar as moradias que estão dentro da comunidade, uma vez que esse “alto risco” seria devido a presença de lixo e entulho que está fora da comunidade, podendo gerar deslizamento de solo e problemas sanitários. Portanto, os riscos são maiores para as moradias que não fazem parte da comunidade, que estão na parte baixa.

Foto 16 – Lixo e entulho na Região da Grota.



Fonte: Idem, 2014.

2.6 A JUSTIÇA COMO RESISTÊNCIA

As dificuldades de se estabelecer um diálogo com os responsáveis pelas obras e, conseqüentemente, pelas remoções na Providência, fez com que alguns moradores se reunissem a fim de utilizar os meios judiciais como uma fonte de resistência, recurso que passou a ser um ponto chave no processo de luta dos movimentos sociais urbanos mais recentes.

⁷⁴ Projeto criado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 1993, durante o Governo do ex-prefeito César Maia, como parte da política habitacional do município, visando à integração urbanística e social das favelas.

Na Câmara Municipal iniciou-se um processo de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), encabeçado pelo parlamentar Eliomar Coelho, membro do FCP⁷⁵, com o objetivo de investigar supostas arbitrariedades na realocação de moradores por conta das obras viárias e de intervenções urbanísticas ligadas aos megaeventos esportivos da cidade, em abril de 2011. Mas diante da retirada de assinatura de quatro vereadores⁷⁶, a CPI foi suspensa.

Nesse mesmo ano, diante da eminente ameaça de remoção e o início das obras do teleférico, um grupo de moradores, novamente amparados pelo FCP⁷⁷ - que reúne não só moradores da região portuária, mas também outros agentes da sociedade civil - procurou a defensoria pública do estado do Rio de Janeiro, a fim de resistir aos avanços das obras já em andamento no Morro.

O processo 0290882-36.2011.8.19.0001⁷⁸ é uma ação cautelar exibirória distribuída pela defensoria pública e trata-se de uma ação de “emergência”, quando a demora de uma sentença pode tornar ineficaz uma medida buscada. Sendo assim, a defensoria ajuizou essa ação, a fim de que o município exibisse determinados documentos que apresentassem exatidão quanto à quantidade de moradores que seriam removidos e os seus respectivos reassentamentos. A partir dessa ação, o município agravou⁷⁹ requerendo a suspensão dessa decisão, alegando possíveis gastos com a paralisação das obras, uma vez que já havia iniciado a construção do teleférico. Além disso, alegou que por hora não realizaria remoções compulsórias e concederia uma documentação de propriedade para o titular da família e, enquanto esse imóvel não estivesse pronto, iria conceder um valor de quatrocentos reais

⁷⁵ Seguem os vereadores que assinaram para a abertura da CPI: Eliomar Coelho (PSOL), Paulo Pinheiro (PPS), Sônia Rabello (PV), Reimont (PT), Edison da Creatinina (PV), Teresa Bergher (PSDB), Andrea Gouveia Vieira (PSDB), Paulo Messina (PV), Rubens Andrade (PSB), Carlinhos Mecânico (PSC), Eduardo Moura (PSC), Alexandre Cerruti (DEM), Tânia Bastos (PRB), Tio Carlos (DEM), Elton Babu (PT), Eider Dantas (DEM), Carlo Caiado (DEM), Carlos Eduardo (PSB), Fernando Moraes (PR).

⁷⁶ Tânia Bastos (PRB), Carlinhos Mecânico (PPS), Elton Babú (PT), Eduardo Moura (PSC) e Rubens Andrade (PSB).

⁷⁷ O FCP aparece como um movimento de resistência que surgiu na esteira dos impactos causados pelo Projeto Porto Maravilha e se consolidou em janeiro de 2011, no mesmo momento que se iniciaram as obras do programa Morar Carioca na Providência. O fórum reúne moradores, ONGs, mandatos parlamentares, acadêmicos e se proõe a denunciar as violações de direitos humanos, sociais e de moradia em face desses projetos.

⁷⁸ Disponível no Tribunal de Justiça/Sexta Câmara Cível – www4.tjrj.jus.br (Acessado em 15 de setembro de 2013).

⁷⁹ O agravo de instrumento é interposto somente quando há a necessidade de se cumprir uma determinação, antes mesmo da finalização do processo, em caráter de urgência, visto que a demora no julgamento possa demorar e não ser suficiente para a solução do reclamante.

(R\$400,00) na forma de aluguel social, visando ajudar essas famílias com os custos mensais. A solicitação foi concedida pelo desembargador em 05 de dezembro de 2011.

Mas a ação principal que tramita ainda em juízo é a de número 0115786-70.2012.8.19.0001⁸⁰, tratando-se de uma ação civil pública, ou seja, quando há uma violação de direitos difusos e coletivos a um número determinado de pessoas. A ação cautelar citada foi apenas uma preparação para a ação pública contra o município, objetivando, em sede liminar, a concessão da medida para determinar que o município se abstinhasse de praticar qualquer ato tendente à demolição ou turbação da posse dos imóveis ocupados pelos moradores da Providência.

A ação denunciou a ausência de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), bem como a realização de Audiências Públicas e prestação eficiente do direito à informação. Para tanto, alegou a ausência também de informações acerca de licenciamentos relativos ao Programa Morar Carioca e o desconhecimento de parte dos interessados (moradores do local) aos projetos, cronogramas e, inclusive, das remoções.

A LC 101/2009 em consonância com o Porto Maravilha estabelece que as unidades habitacionais de interesse social possam ser alocadas em todos os setores da operação consorciada, sendo previstos os deslocamentos e os reassentamentos da população residente quando da necessidade de intervenções urbanística em áreas de especial interesse social (AEIS). E deverá também estimular as comunidades a criarem processos participativos em torno das obras.

Nesta mesma lei é possível observar dois pontos: a definição das AEIS é estabelecida para atender ao grande capital, uma vez que esses interesses deveriam passar pelos moradores que, em sua maioria, não concordam com as ações implementadas – as fontes consultadas evidenciam essa fragilidade – e a já identificada ausência de participação da população nos rumos das obras, ferindo a legislação, justificando mais ainda a interposição na justiça para a paralisação das obras.

O município, na condição de réu, foi solicitado a apresentar esclarecimentos quanto às acusações proferidas pela defensoria. O réu apresentou nenhuma proposta, apenas documentos que fugiram ao reclame inicial do autor, tornando inviável uma possível conciliação. O importante a ressaltar dessa audiência especial seria que, durante o ato, se fizeram presentes diversos moradores da Providência que narraram às dificuldades que estão

⁸⁰ Disponível no Tribunal de Justiça/Sexta Câmara Cível – www4.tjrj.jus.br (Acessado em 15 de setembro de 2013).

enfrentando em razão da execução do projeto. Essas dificuldades não só se ateve a falta de informação acerca das demolições já mencionadas, mas também quanto à existência de entulhos de obra no local, atrapalhando no acesso às residências. Em entrevista com a Sra. Francisca, moradora já citada, a mesma mostrou os entulhos do morador que optou por sair do imóvel, tendo sua casa demolida e a exposição dos destroços que não foram recolhidos pela prefeitura, gerando um foco de doenças, perigo para as crianças que ficam brincando ao redor, além do incômodo estético para quem vive na comunidade.

Foto 17 – Entulho gerado por uma das remoções no antigo Cruzeiro.



Fonte: Foto tirada pelo autor, 2013.

Aqueles que não anuíram com o desalojamento de suas residências, acabaram ficando expostos a todo tipo de inconveniente, não só com os entulhos, mas também quanto a danos no próprio imóvel, devido à demolição de casas vizinhas. Alguns relataram que, além de não serem comunicados da remoção de suas respectivas casas, ao chegarem a suas residências, deparava-se com a marcação de remoção da SMH, entendendo como uma extrema falta de respeito aos direitos dessa população.

O município na audiência reconheceu os inconvenientes relatados, limitando-se apenas, no entanto, a indicar o endereço para possíveis contatos em casos de reincidências, ressaltando que as práticas de marcações já haviam sido abandonadas. Não há nenhuma menção no processo quanto à reparação dessas casas.

A partir do ato, pode-se constatar que a administração pública municipal, amparando-se no fato de entender ser o projeto benéfico para determinados setores da sociedade, sobretudo, a indústria do turismo, imobiliária e do capital financeiro, e para os eventos que ocorrerão no município, olvidou-se de dar a devida atenção aos moradores do local.

Vale ressaltar que no processo os moradores não negaram o programa e nem contestaram os benefícios que podem e devem advir em decorrência da atuação pública. Entretanto, defenderam a necessidade de participação prévia da comunidade para a elaboração do projeto, uma vez que são eles diretamente atingidos pelo mesmo, observando-se o direito da consensualidade que deveria nortear a atuação pública.

A necessidade de prévia participação popular confessadamente desatendida pelo réu, por mais que o processo tenha salientado a falta de respeito à dignidade dos moradores atingidos, não foi suficiente para paralisar as obras do teleférico, como até a presente data, também não foi cumprida a realização de audiências públicas com ampla divulgação.

A última decisão expedida na justiça foi um agravo do município sobre as questões denunciadas pela Defensoria, conforme já explicitado, solicitando uma concessão de tutela de urgência para o prosseguimento das obras.⁸¹ O pedido foi parcialmente deferido para o prosseguimento da obra que concerne ao sistema teleférico, uma vez que a medida não demandaria mais o reassentamento de moradores, tampouco a demolição de moradias. Outra justificativa abordou os riscos da comunidade com os entulhos das obras, bem como os possíveis gastos públicos com os materiais, podendo a vir deteriorar-se. Já as demais obras estão aguardando a decisão do Ministério Público, inclusive, o Plano Inclinado.

Chama atenção, a paralisação das obras ao que tange às intervenções de saneamento básico, já que a justiça interpôs a paralisação das iniciativas que preveem a remoção dos moradores, como o plano inclinado, o centro histórico e as avenidas na região do sessenta. O fato de o teleférico ter iniciado as obras de “urbanização” já deflagra as prioridades da prefeitura e deixa evidente que o objetivo não é promover melhorias que se façam presentes no cotidiano do morador. Mas sim, criar um espaço para atender às novas pretensões comerciais na região.

A estagnação de toda a obra acaba sendo justificada pelo processo judicial dos moradores, transferindo para esses a morosidade na conclusão dessas moradias.

Assim como na Providência, outras favelas estão passando pelas mesmas ameaças de remoção, como é o caso da favela da Indiana (no Complexo do Borel), a Favelinha do Metrô e a Vila Autódromo. Todas buscam proteção via defensoria pública, a fim de resistir às remoções.

No ano passado, a Vila Autódromo sofreu um grande impacto no seu movimento de resistência, com a queda da liminar que impedia a demolição das casas no local. O ineditismo

⁸¹ Agravo de instrumento nº 0001542-97.2013.8.19.0000 – Tribunal de Justiça / Sexta Câmara Cível. Acórdão. Disponível em www4.tjrj.jus.br (Acessado em 16/04/2014).

está no fato da ação ter sido interposta por Alexandre Angelim, defensor público e coordenador do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH). Segundo a defensora pública do NUTH, Maria Lúcia Pontes, em entrevista à emissora ESPN em abril de 2014, o coordenador teria assinado um acordo sozinho com a prefeitura do Rio de Janeiro para a suspensão de liminar. A mesma informa ter ingressado no processo alertando que o acordo não atende à necessidade dos moradores e pedindo a não homologação desse acordo.

Tal fato repercutiu de forma bem negativa na Providência, entendendo que a liminar que até a presente data assegura os moradores de qualquer remoção ou turbação possa ser retirado.

A liminar não só protegia aqueles que queriam ficar, mas ela não tirava a possibilidade daqueles que queriam sair. Uma coisa independe da outra. O fato de você não fazer a remoção é fazer com que aquelas pessoas que queiram ficar não venham a viver uma situação precária, decadente, cheio de entulho, rato, lixo, como já foi até passado na própria ESPN, em uma reportagem em que a pessoa se machucou por causa dessas coisas. Não dá pra confiar em alguém que se dispõe a falar que está me assistindo e na realidade, está indo contra os meus princípios, minhas necessidades, minhas vontades.⁸²

A ameaça de remoção permanece sendo uma possibilidade, gerando incertezas aos moradores que passam a olhar com desconfiança para a defensoria, enxergando-a como uma extensão da procuradoria do município, mas que ainda possuem entre os defensores do NUTH, como a Maria Lúcia Pontes⁸³, uma forma de serem assistidos pela justiça nessa luta contra as remoções forçadas.

⁸² Disponível em: http://espn.uol.com.br/video/402145_comunidade-em-risco-morro-da-providencia-sofre-com-defensoria-olimpica Acessado em: 27 de dezembro de 2014.

⁸³ A defensora Maria Lúcia Pontes também compunha o Fórum Comunitário do Porto.

CAPÍTULO 3 – DIVISÃO, RESISTÊNCIA E CONFLITO: QUANDO FALTA UNIDADE

3.1 A LUTA POR CIDADANIA

Lutar por cidadania significa, basicamente, fortalecer as organizações da sociedade civil, com comissões de direitos humanos, sindicatos, entidades em defesa dos grupos socialmente excluídos. Essas lutas necessariamente devem estar centradas em práticas cidadãs, do contrário, continuarão a perpetuar práticas antidemocráticas de dominação que impossibilitam o exercício da cidadania aliado aos direitos humanos (SOUSA, 2004: p. 1). Para se alcançar um Estado democrático, esse deve garantir, entre outras coisas, a liberdade de reunião e associação.

Reportando-nos ao contexto histórico de luta e reivindicação das favelas, em busca dessa cidadania, é providencial resgatar a criação da FAFERJ (Federação das Associações das Favelas do Estado do Rio de Janeiro)⁸⁴, em 1963, que permitia a ligação das associações de moradores em uma rede estadual⁸⁵.

A FAFERJ organizou-se em meio dos embates advindos dos conflitos presentes nas relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico da cidade do Rio de Janeiro. Esses embates resultavam, ora na vitória dos poderosos setores que se encontravam representados nas instituições do estado que realizava remoções de amplas parcelas da população para áreas distantes do centro.⁸⁶ Sobre espaço físico e espaço social, foi visto em Bourdieu:

“Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos” (BOURDIEU, 2003).

⁸⁴ Chamada, inicialmente, de FAFEG, quando da vigência do estado da Guanabara, até 1974.

⁸⁵ É preciso citar o papel anterior da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), fundada pelo advogado Margarino Torres nos anos 50. Utilizando uma retórica marxista, a UTF vai influenciar na fundação da FAFEG (posterior, FAFERJ) na década seguinte.

⁸⁶ SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos Santos. E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963-1993) – memória e história oral. **Rio de Janeiro, 2009. 247 p.** Dissertação (Mestrado em Memória Social) Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

Ainda que tenha surgido em um contexto de luta contra as remoções em massa e se expresse como um elemento fundamental do movimento dos favelados, Eladir Santos, em seu trabalho sobre a memória da FAFERJ, aponta para momentos que a associação estava marcada pela falta de autonomia e pela dependência dos governos. Sobretudo, após a instauração da ditadura civil-militar e o decreto do AI-5 que promoveu a suspensão das garantias de participação democrática.

Assim, a FAFERJ flutua entre uma importante forma de organização para melhorias para a favela e como uma associação com governo, fazendo com que o mesmo grupo que é responsável por pressionar o poder público, esteja trabalhando ao seu lado.

Em um contexto diferente, mas de mesmo resultado, a Associação de Moradores da Providência efetiva essa prática que pode ser considerada dúbia, uma vez que promove ações sociais na favela, mas sem imprimir um caráter revolucionário e de maior conscientização. Em geral, se coloca enquanto uma mediadora dos conflitos da favela, principalmente, quando se tratando da questão das remoções.

A ação política nessa visão é, sobretudo, orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Essa cultura mais orientada para o Estado do que para a representação, é o que José Murilo de Carvalho chama de *Estadania*. Aponta para uma realidade cuja experiência de governo democrático tem sido curta na história do Brasil e os problemas sociais têm persistido e se agravado, fazendo crescer a impaciência popular que prefere soluções mais rápidas por meio de lideranças carismáticas e ações assistencialistas do governo.

3.1.2 O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

No dia 28 de abril de 2014, a atual presidente da Associação dos Moradores, Maria Helena dos Santos, conhecida como Marlene na comunidade, concedeu uma entrevista explicitando o posicionamento da associação frente à imposição das obras e a resistência dos moradores afetados. Segue parte da entrevista, quando questionada quanto ao andamento das resistências às remoções e o posicionamento e/ou envolvimento da associação com a causa:

Na verdade, a gente teve aqui na Providência três anos de obras, mas aí foram três anos de conflitos também, porque cada um tinha uma opinião diferente. Moradores muito antigos não queriam sair de suas casas e na verdade, eles não entendiam que eles iam ficar na própria comunidade e que eles só iriam descer, como no caso da Nabuco de Freitas que já estão prontos e as famílias já estão

morando. Foram primeiro idosos e pessoas com muitos filhos e que estavam pagando um aluguel acima do que a prefeitura dava, porque ela dava quatrocentos reais de aluguel. Tinha gente pagando aluguel de seiscentos e setecentos reais por conta do andar das obras. Os aluguéis ficaram muito caros e eles já estavam sem condição de pagar esse aluguel (...). Existe a previsão de mais apartamentos, mas tudo depende da obra voltar e já está parada há mais de um ano ⁸⁷.

A partir da entrevista da presidente da associação de moradores, é possível ratificar a forma como a instituição se relaciona com as situações de remoção dos moradores e a questão levantada quanto a uma postura mais complacente ao governo.

Segundo a representante da associação, o conflito em torno do lugar seria gerado por uma “falta de entendimento” dos moradores sobre os benefícios do projeto, bem como da localização dos imóveis oferecidos pela prefeitura para reassentamento. Em momento algum foi citado à problemática em torno da divulgação e participação das obras, conforme já supracitado.

Essa alegação de falta de entendimento quanto à localização dos imóveis pode ser considerada frágil, uma vez que os moradores sabem exatamente onde estão localizados os poucos imóveis em construção para o reassentamento das famílias.

Dessa forma, podem-se aferir duas questões em torno desse problema. A primeira refere-se à falta de informação de fato que se tem desses imóveis e quem serão os primeiros a serem contemplados, isto é, os critérios de seleção. Além disso, há uma incerteza quanto ao término das obras desses apartamentos, assim como todas as obras na favela, pois já foi citado, por exemplo, o atraso em torno da inauguração do teleférico, tido como um dos principais pilares das reformas urbanísticas na Providência. Mesmo após a liberação da liminar liberando a continuidade da obra. O pensamento construído pelos moradores atingidos é: *se o teleférico que é a grande propaganda do projeto da prefeitura demorou em inaugurar, imagina as possíveis residências destinadas às famílias despejadas?*

As residências projetadas na Rua Nabuco de Freitas que, segundo a presidente da associação já abrigou 54 famílias, é a única obra em andamento para o reassentamento dos removidos da Providência e ainda não é suficiente para abrigar as 832 famílias previstas para remoção.

A segunda questão refere-se à falsa promessa de realocação desses moradores dentro do Morro da Providência.

⁸⁷ Entrevista concedida pela presidente da Associação de Moradores do Morro da Providência, Maria Helena dos Santos em 28 de abril de 2014.

Os prédios estão localizados no bairro do Santo Cristo e ainda que estejam relativamente perto dos acessos ao morro, fisicamente falando, estão culturalmente distantes. As relações estabelecidas na comunidade não são as mesmas e a população sentirá essa quebra, sofrendo uma intensa alteração no cotidiano de suas famílias, conforme já abordado no segundo capítulo.

Mapa 3 – Mapa apresentando a distância entre a Rua Nabuco de Freitas e o Morro da Providência.



Fonte: Google Maps. Edição do autor, 2014.

Boa parte dos moradores que foi estabelecido contato nasceu ou foram morar na Providência muito jovem e apontaram ser essa uma realidade dos moradores em geral. Além de viverem em casas, cujo quintal se manifesta nas ruelas do morro, sendo a extensão de suas casas, a possibilidade de se mudarem para apartamentos oferecidos pela prefeitura menores que suas atuais residências é uma possibilidade indesejável e que não expressa nenhuma paridade, quiçá melhorias para suas vidas.

Portanto, há de se considerar os sentidos de vivência, a relação com o espaço, bem como as relações históricas tecidas no local para se compreender o movimento de resistência às remoções na Providência.

3.1.3 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES X COMISSÃO DOS MORADORES

Outro ponto claramente explicitado pela presidente da associação foi atribuir aos moradores que estão em juízo a responsabilidade pelas mazelas pela paralisação das obras. Esse tipo de argumento tem sido uma forma de desarticular os movimentos de resistência, uma vez que estabelece um conflito entre os próprios moradores e transfere a responsabilidade pelo impasse das obras àqueles que entraram na justiça.

Vale ressaltar também que, na visão da presidente, a associação de moradores tem a função de mediar o conflito entre o município e os moradores. Apesar de reconhecer que a associação não deve ser contrária ao morador, ainda assim, aponta para uma direção favorável às obras. Questionei se a mesma teve sua casa marcada para remoção e a mesma salientou que não, devido a sua localização que não abrange as áreas de interesse do projeto.

Fica informado também na entrevista pela presidente que a Associação de Moradores não liderou e nem se envolveu no processo judicial que conferiu a paralisação das obras, sendo este processo fruto da organização dos próprios moradores, localizados na escadaria de acesso a parte elevada do morro, onde se pretende construir o Plano Inclinado, um dos grandes focos do projeto.

Diante da “inércia” da associação, perante as insatisfações dos moradores foi montado uma Comissão de Moradores para responder pelos problemas que assolavam (e ainda assolam) a Providência. Essa diversidade de representações acaba por enfraquecer o movimento de resistência e a luta pela melhoria dos próprios moradores.

Em outubro de 2013, foi realizada uma reunião da prefeitura com a Associação de Moradores, apresentando um novo modelo para a construção do Plano Inclinado, a fim de evitar mais remoções, sobretudo, das famílias que estão em litígio. O novo projeto pretende passar o “elevador” no meio da escadaria, possibilitando, aproximadamente, um espaço de apenas sessenta centímetros (60cm) para cada lado da escada. Segundo a presidente, a prefeitura teria comunicado também as mudanças quanto à necessidade de remoções no antigo Cruzeiro, mostrando certo recuo quanto aos planos que eram pretendidos na região. Mas não deixou clara a extensão desse recuo.

A Associação dos Moradores aprovou esse novo projeto proposto, sem a devida consulta prévia dos moradores que participam do movimento, sobretudo, daqueles que moram adjacentes à escadaria.

Analisando os meios de comunicação da Associação dos Moradores que basicamente acontece pelo mural da associação na Rua Gamboa, nº2 e, em maior alcance pelas redes

sociais⁸⁸, nota-se o caráter mediador da unidade. Em geral, as postagens se resumem aos eventos de cultura e lazer programados na favela, como os bailes funk, notícias sobre informes públicos, como vacinação, matrículas em escolas, e fotografias do morro que promovem uma visão romantizada da “comunidade”.

A Comissão de Moradores tende a romper com esse papel e busca por meio de ações na favela e até mesmo nas redes sociais, chamar a atenção para o constante descaso do poder público no local se tornando uma espécie de porta voz dos atingidos pelo descaso das ações da secretaria de habitação.

Gramsci afirma que o “povo se constitui cada vez mais em verdadeiro partido político” representando seus anseios e espaços de participação. Para ele, o “partido” pode ser não apenas um partido político, mas também um jornal, uma associação, sendo, portanto, aquele que tem uma agenda, uma organização e visão de mundo que pode ser hegemônico ou contra-hegemônico. Dessa forma, podemos entender a Comissão dos Moradores e a Associação dos Moradores da Providência como exemplos de partidos que representam a contra-hegemonia e os interesses da prefeitura, respectivamente. E todos os moradores citados podem ser entendidos como *intelectuais orgânicos*⁸⁹ desses partidos.

3.3 NEGOCIAÇÃO E CONFLITO: EM BUSCA DA LEGITIMIDADE

No dia 18 de agosto de 2015, acessei o morro pelo teleférico e ao chegar a Estação Américo Brum, deparei-me com um movimento de pessoas. Entre elas, um casal me chamou bastante a atenção por estar com um colete escrito “Providência Sustentável” e logo abaixo o símbolo do Porto Maravilha e do Consórcio Porto Novo rabiscado com tinta, aparentando querer tapar a informação. Ao me aproximar dos então moradores e questioná-los quanto ao projeto a mulher que se apresentou como A. S.⁹⁰, explicou ser um projeto de conscientização para a população da região, visando a sustentabilidade. Questionei se era da prefeitura e a mesma informou de forma bem enfática que “não” e completou dizendo que a prefeitura gosta

⁸⁸ Conta no Facebook com o usuário “Associação de Moradores do Morro da Providência”.

⁸⁹ O conceito de intelectual orgânico foi desenvolvido por Antônio Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere”, para designar como determinados indivíduos e grupos passam a refletir sobre a realidade, com o intuito de intervir e, assim, transformá-la. Essa a peculiaridade do conceito pois passa a valorizar todos os indivíduos capazes de ter uma percepção apurada das relações sociais, mesmo que não apresente uma formação educacional avançada.

⁹⁰ A identidade dos moradores será preservada, visto que a conversa foi informal e não teve consentimento para entrevista nos parâmetros formais.

de “acorrentar pessoas”. Diante da tensão presente, perguntei se eu poderia tirar foto do colete e a moradora perguntou qual seria a minha contrapartida, isto é, se eu estava disposta a ajudá-los em troca de maiores informações e a foto. Demonstrei total disponibilidade e a mesma me explicou que estava pintando a escadaria, a fim de chamar a atenção do poder público para as carências da favela. Mas toda conversa foi travada por certa resistência da moradora que até mesmo pediu desculpas pelo jeito grosseiro, mas deixando bem claro a sua má vontade com pessoas de fora da comunidade, sobretudo, universitários e pesquisadores. Chegou a falar que está cansada de pessoas indo na comunidade colher informações e não fazer nada por ela. Nesse momento, paramos para almoçar no Bar da Jura e a moradora comentou que o Jornal *Destak* estava lá na favela filmando a paisagem e, quando foi tirar foto da escadaria, a mesma solicitou que eles tirassem foto do esgoto jorrando a céu aberto ao lado dela.

Pelas reações da moradora e tom de voz, ficou clara a tensão existente no local em torno do movimento em prol de melhorias na favela. A mesma deixou claro que a associação dos moradores não se envolve e que para conseguir qualquer tipo de ajuda, conta apenas com alguns moradores. A.S. que, nitidamente, representa uma liderança mais engajada na favela demonstrou total autonomia frente à prefeitura e/ou à Associação de Moradores, dando a entender nas entrelinhas que já teve muitos problemas com tais órgãos, apesar de não ser explícito.

Nesse mesmo dia, enquanto conversava com a moradora, o morador C.F. se aproximou com um francês para propor à A.S. uma parceria para levar um grupo de franceses na favela e falar sobre a história do morro. A mesma mostrou certa irritabilidade, questionando qual seria o objetivo do projeto. C. F. explica que seria o mesmo projeto realizado, recentemente por eles, com estudantes. Sugeriu ainda que o Eron (responsável pela Igreja de Nossa Senhora da Penha e morador do local) ficasse responsável pela apresentação de capoeira, a Jura por servir a feijoada e eles guiariam o grupo. A.S. respondeu que a visita anterior teria sido para alunos e com um objetivo pedagógico. Mais que isso, uma ação de reflexão e conscientização dos jovens para que pudessem ter ciência da realidade da favela. E que seria muito diferente de se apresentar para turistas que querem subir ao morro para ver os macaquinhos baterem palma.

A conversa continuou nesse clima de animosidade, mas ainda assim, A.S. me apresentou para C.F. que diferentemente dela mesma, mostrou-se bastante receptivo à minha presença. Inclusive, pediu-me ajuda para traduzir a fala do turista que entendia português, porém, não conseguia pronunciar o idioma.

Diante da visível chateação para com o colega, A.S. interrompeu a conversa e disse que precisaria voltar para o trabalho da escadaria e antes de se despedir de mim, comentou que *“não se pode se vender por tão pouco”*. Deixando claro que as ações culturais na favela devem ter uma finalidade. Agradeceu a minha boa vontade em ajuda-la, mas que achava melhor seguir adiante sozinha, porque estaria muito ocupada, aparentando uma desconfiança a minha presença.

Durante toda a conversa, percebi a diferença entre posicionamentos e ideologias quanto às ações na favela que se tornara um espaço de disputa de diferentes projetos. E essa divergência não se apresenta apenas com a prefeitura, mas também quanto ao andamento das ações sociais e culturais no local. Além de claro, a ruptura entre a comissão dos moradores atingidos com as remoções e a associação de moradores, já demonstradas.

Não há dúvidas quanto a contribuição da implantação do teleférico e as notas na mídia quanto às transformações vividas na Providência. O maior clima de “paz”, proveniente da instalação da UPP, somado a uma vista deslumbrante da cidade, promove um maior interesse das pessoas em visitar o local. Não só em busca do turismo na favela – tendência recente do poder público em relação às favelas – mas em busca de informações quanto aos casos de violação de direitos humanos e ameaça de remoção por entidades educacionais.

Diante desse contexto, percebi o quanto C.F., um dos ícones da luta contra as remoções busca reverter esse interesse, em favor da favela. Buscando assim, se apropriar de um potencial mercado voltado para o turismo, antes que isso seja empreendido por uma pessoa de fora. Atualmente, o mesmo trabalha vendendo empadinha, mas com o diploma de técnico de turismo, seria uma forma de se inserir nesse mercado. O morador também é responsável pelo projeto “CineProvi” que busca realizar sessões de cinema e pipoca para as crianças, mas como ele mesmo comentou *“não tem um objetivo próximo do que A.S. busca, sendo mais uma forma mesmo de levar cultura e lazer para as crianças, sem, necessariamente, ter um propósito militante”*.

É notório que o projeto do C. F. possui enorme importância para o desenvolvimento da favela, mesmo não havendo um “propósito” político como sugerido por A.S. E que existe uma tentativa de buscar uma ascensão social, não apenas pessoal, mas para a própria favela ao encontrar um possível mercado para a exploração do turismo que é compartilhado por diferentes agentes. Diferentemente, de A.S., o morador tem bastante atuação no meio acadêmico, sendo um importante ícone de luta contra a resistência na Providência, tendo uma característica de mediador, ao possibilitar a aproximação de realidades socioculturais

distintas. Um caráter próximo do que Hermano Vianna convencionou chamar de “mediadores culturais”⁹¹.

Diferentemente, da ação da associação dos moradores que tende a amenizar as ações da prefeitura, rompendo com parte dos moradores que se sentem desassistidos pela sua atuação, C. F. procura promover um movimento de contestação, mas explorando as possibilidades da favela em seu benefício e da própria Providência. Tornando-se uma ponte de acesso à favela.

Ainda que haja discordância, percebe-se que as ações culturais na Providência passam necessariamente por quatro moradores que interagem mutuamente – A.S., C.F., Eron e Dona Jura. A parte, temos ainda o morador Maurício Hora que, segundo sugerido ironicamente por A.S., não representaria o movimento de resistência. Chegou a comentar que se eu quisesse entender a resistência, teria que entrevistar apenas os moradores que estão ameaçados, o que não se aplicaria ao Maurício Hora que não teve sua casa marcada, deixando claro um racha entre os moradores e a luta pela legitimidade do movimento.

Vale ressaltar que, em todas as conversas com o Maurício Hora, o mesmo deixou claro o seu descontentamento com as ações da prefeitura, posicionando-se sempre contrário às obras de urbanização que visam à retirada dos moradores.

É inegável a maior articulação de Maurício Hora na favela, desde 1997 com o centenário do Morro da Favela, gerando uma maior exposição diante da participação de suas fotos na mídia que abriu as portas para a sua exposição “O olho da favela sobre a cidade” no primeiro semestre de 1998.

Atualmente, é um dos responsáveis pelo Instituto Favelarte que busca parceria com fomentadores de capitais voluntários do setor público e privado. O Instituto tem como carro chefe o Cine Educar Providência (CEPE) e o projeto “Minha Favela, Minha História” idealizado pelos membros fundadores: Renato Barbosa, Luiz Torres e próprio Maurício Hora. Recentemente, tornou-se objeto de estudo do historiador André Diniz que conta no livro “Morro da Favela” a vida do fotógrafo, morador da primeira favela da cidade, publicado em 2011. A maior relação do morador com acadêmicos e sua institucionalização por meio do “Favelarte” talvez seja alvo das possíveis críticas tecidas a ele. A Casa Amarela, segundo

⁹¹ Na obra “O Mistério do Samba”, Hermano Vianna busca explicar a formação de símbolos nacionais a partir da resistência popular à opressão das elites, até o momento de sua transformação de uma “cultura popular” e uma “cultura nacional”. Para o autor, o samba teria sido elevado ao status de símbolo nacional favorecido por um contexto cultural de interesses por coisas nacionais. Diante disso, teria chegado à sua condição atual, possibilitado pela ação de “mediadores culturais” que levariam fragmentos da “cultura popular” a uma “cultura de elite” que desconheceria em boa parte essa “cultura popular”.

João Guerreiro⁹², se destaca como espaço democrático cultural, raro na comunidade, em especial, na parte mais alta do morro. Pertencente ao espaço de atuação do Favelarte foi utilizada em algumas oportunidades como propaganda no site oficial da prefeitura que divulga as notícias sobre o Porto maravilha⁹³.

Outro projeto vinculado a Maurício Hora que pretende uma mobilização cultural no morro foi “Um Porto de Cidadania”, executado e concluído no Centro Cultural Ação e Cidadania, em 2012. Foi patrocinado pela Secretaria de Cultura do Estado e visava o registro da imagem na região portuária, por meio da fotografia, acompanhando as mudanças realizadas pelas obras do Porto Maravilha. Segue reportagem veiculada no site do projeto:

Pelas lentes de jovens moradores, o cotidiano, as obras e as mudanças na Região Portuária foram fotografados durante um ano. As imagens estão em exposição no Galpão da Cidadania, na mostra "Um Porto de Cidadania - A fotografia como Testemunha de Transformação". Inaugurada na segunda-feira, 2 de abril, a exibição segue até 30 de abril. Com 50 imagens impressas em grandes dimensões, o Centro de Cultura e Cidadania apresenta o trabalho de 18 alunos que participaram da oficina coordenada pelo fotógrafo e morador do Morro da Providência Maurício Hora, também curador da exposição⁹⁴.

Ainda que as atividades culturais tenham uma organização representativa dos favelados, o fato da procura e uso de financiamentos para essas ações, pode vir a comprometer sua autonomia diante das instituições. Retomando a ideia proposta por A.S. de que a *prefeitura acorrenta pessoas*. Mas, considerando as dificuldades impostas no contexto social inserido, tais “manobras” podem ser entendidas também como um recurso de sobrevivência. Concessões que são atribuídas pelo Estado, diante de uma “condensação da luta de classes” no seio desse próprio Estado⁹⁵ que acaba por ser apropriado pelo morador para obter apoio público nas ações culturais na favela e fazer a sua “revolução”.

Com a necessidade de se reservar 3% dos recursos dos CEPACs para políticas de preservação do patrimônio cultural e imaterial da região, a abertura de editais públicos que visam patrocinar a política cultural das áreas de influência do projeto se torna mais possíveis. A partir dessa iniciativa, diversos agentes produtores de cultura na região, aproveitaram as

⁹² João Guerreiro atua como coordenador de projetos do Instituto Favelarte.

⁹³ AIMÉ, Mariana. Morro da Providência em verso e prosa. 15/08/2012. Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/verso_e_prosa.aspx. Acessado em: 27 de agosto de 2015.

⁹⁴ Disponível em: http://portomaravilha.com.br/conteudo/fotografia_testemunha.aspx Acessado em: 27 de agosto de 2015.

⁹⁵ Retomando o conceito de Estado por Poulantzas já explicado nessa dissertação.

circunstâncias políticas para fomentarem suas atividades culturais. Como é o caso de agentes como Maurício.

Assim, nasceu também, em 2012, o grupo “ComDomínio Cultural” com a participação de 21 instituições e pessoas físicas que atuam na vertente cultural e obrigatoriamente na Região Portuária.⁹⁶ (GUERREIRO, 2014, p. 14). O autor apontou em seu trabalho para os possíveis conflitos entre o grupo por entendê-lo que não é homogêneo, havendo a participação de pessoas jurídicas, físicas, articulações culturais entre moradores do Morro da Conceição característico de pessoas de classe média e moradores do Morro da Providência, característico de uma classe D e E.

Esse conflito de projetos socioculturais divergentes também se fazem presentes no interior da própria Providência. Conforme mostrado, diante de divergências ideológicas quanto à legitimidade de ações sociais e culturais atreladas ao morro. Mas cabe destacar que, ainda em meio a essa diversidade, há uma busca pela unidade e momentos de negociação entre as lideranças locais da favela.

O próprio FCP teria se desfeito por conta da divergência de interesses entre a sua diversificada composição que dificultou a coesão entre seus agentes. O Fórum não só compunha a Comissão dos Moradores da Providência, mas como universidades, parlamentares de partidos de oposição à situação, ONGs e estudantes.

Em conversa com o usuário responsável pela conta “Ideais de uma Luta – Morro da Providência” no Facebook, o mesmo deixou claro a sua frustração em relação à acadêmicos que sobem o morro em busca de informações, mas não contribuem diretamente com a favela. Dialogando, diretamente, com o discurso da moradora A.S. quando do meu contato e questionamentos sobre o projeto “Providência Sustentável”.

Segue o comentário do responsável pelo usuário da conta “Ideais de uma Luta – Morro da Providência”, provável morador do local, quando abordado quanto aos projetos realizados no morro que pretendem uma participação ativa dos moradores por meio de enquetes/questionários sobre melhorias no lugar:

Oi Nathalia. Conheço bem esse discurso sobre “a minha tese vai contribuir como um grito de resistência para a comunidade”. Em quatro anos de lutas, eu tediço que centenas de estudantes e professores dosseram a mesma coisa. Eles vêm

⁹⁶ Ver mais em: GUERREIRO, João. **Política Cultural na Região Portuária do Rio de Janeiro: Novos atores e um Novo gestor. V Seminário Internacional de Políticas Culturais. Setor de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2014.**

aqui somente para colher o que os interessa com a mesma promessa de sempre. Entretanto, nem sequer após a defesa da tese, nos deixa uma cópia da mesma como um documento que agregue valor a nossa luta. Precisamos muito mais do que apenas teses e monografias. Os nossos problemas e suas respectivas soluções não cabem em uma folha de papel. A Providência através de seus moradores tem uma linda e rica história, estamos cansados de sermos vistos apenas como matéria-prima para teses, monografias, filmes, documentários. Abraço.⁹⁷

A insatisfação do morador de fato é legítima, mas busquei esclarecer também a importância do trabalho acadêmico, sobretudo, nesse caso específico, do FCP e da ONG Fase, que contribuíram com denúncias de violação de direitos e documentários, captando uma maior visibilidade ao movimento de resistência.

Em resposta o morador reconheceu a importância do FCP e da Fase, mas pontuou a incompletude de suas ações, por entender que em um determinado momento suas ações não mais se coadunavam com a de alguns moradores. Sendo assim, sendo responsável pela sua desintegração. Não quis entrar no detalhe das divergências, assim como Maurício Hora que em conversa informal no morro também não deixou claro a sua saída do Fórum, apenas identificando que não tinha mais sentido permanecer ali, por questões conflitantes.

“Concordo que algumas ações fortalecem a luta, mas o objetivo principal não necessariamente era o mesmo que o nosso. Fomos beneficiados muitas vezes por tabela. Você fala do FCP e a Fase, eles ajudaram demais, sem eles talvez não teríamos chegado onde chegamos. Atualmente, onde eles atuam agora? No momento em que nós moradores decidimos fazer as nossas próprias escolhas e direcionamos o nosso alvo de ação de acordo com a nossa necessidade, o FCP não aceitou, pois os nossos interesses colidiam com os interesses deles. Por causa disso o FCP simplesmente se desintegrou. Eu te pergunto: Eles largaram a nossa luta porque conseguimos finalizar o que tínhamos por objetivo? Ou porque os seus interesses não cabiam em seus interesses? Se deixarmos, as instituições se apropriarem de nossas lutas e as direcionam conforme os seus próprios interesses. Foi assim em várias outras comunidades. Todos nós temos o direito de aceitar ou não pensamentos ou ideias que divergem ou convergem com os nossos pontos de vista. Não posso falar por todos. Falo por mim que tenho as experiências que vivi. Não me interprete mal, simplesmente não acredito em determinadas instituições como meio de mudar essa conjuntura de necessidades básicas que as favelas demandam. Um abraço!”⁹⁸

⁹⁷ Conversa com o responsável da página no Facebook Ideais de uma luta Morro Providência. 02/04/2015.

⁹⁸ *Ibidem*.

O fato do morador não se identificar e utilizar um canal que de certa forma protege sua identidade será considerado nessa dissertação de forma positiva, como uma forma de possibilitar a exposição de seus pensamentos sem ponderações sobre as divergências pontuadas entre os membros do FCP.

O próprio conflito identificado entre os diferentes grupos pode ser compreendido como *importante elemento determinante para o desenvolvimento da democracia* (PEREIRA, 2012. P. 6).⁹⁹ O próprio papel dos movimentos sociais contemporâneos teria essa capacidade de promover a democratização dentro da sociedade civil.

Reconheço aqui, as lacunas existentes sobre esse conflito que tange a desintegração do FCP, uma vez que questionado aos moradores sobre suas causas, em suma, respondem não saber. E aqueles, diretamente, envolvidos e que compunham a representatividade da Providência no Fórum, acabam se limitando a respostas vagas e superficiais.

Feita a *mea culpa*, é importante destacar a função do *não-dito* impresso por Pollack.

O silêncio identificado quanto às divergências que levaram ao fim do FCP, leva-nos à análise sobre o silêncio nas entrevistas. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o “reprimido”¹⁰⁰ não são estanques e estão em perpétuo deslocamento. Considera-se todo o poder do discurso interior e o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior (POLLACK, 1989. P. 3-15)¹⁰¹. Nesse caso, a dificuldade em expor uma tensão vivenciada entre pessoas que, apesar de divergências, entendem a relevância do movimento, ainda que fragmentado, expressando um compromisso maior com uma história de luta que expressa uma identidade aos envolvidos, sem intervenções externa, tão pouco com julgamento por pessoas de fora.

99 PEREIRA, Marcus Abílio. Movimentos Sociais e democracia: a tensão necessária. Opinião Pública, vol.18, no.1 Campinas, Junho 2012. O autor busca mostrar

100 Grifo do autor.

¹⁰¹ POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. P. 3-15.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Zona Portuária nos últimos anos tem sido alvo de diversas políticas de reformas urbanas associadas aos interesses de mercado em que tanto o embelezamento urbano quanto a prioridade dos investimentos estão voltados aos interesses especulativos do solo urbano. O conjunto de ações do poder público junto ao privado promove diversos conflitos em torno da apropriação da terra urbana, dificultando o acesso democrático para fins de moradia e trabalho, produzindo uma lógica de cidade-mercadoria, através de obras que atraem comércio e serviços para a região, visando o consumo.

Os movimentos sociais que acompanham tal processo, a fim de questionar esta lógica de mercado que acompanha uma tendência internacional de revitalização dos centros urbanos para a ampliação dos negócios, tem se articulado para evitar a ampliação dos interesses privados em detrimento do público. A mobilização contra a construção do Museu Guggenheim em que a população carioca e associações de classe, como a dos arquitetos, questionaram a pertinência econômica e social dos investimentos, conseguindo vetar o projeto, foi uma importante vitória dos movimentos contrários a sua implantação.

Atualmente, temos as obras de urbanização do Morro da Providência que estão paralisadas, devido a uma liminar na justiça interposta através Defensoria Pública, a fim de cobrar do município esclarecimentos quanto à ausência de participação nas decisões do programa no Morro, bem como de outros critérios exigidos na LC 101/2009, como a apresentação do EIA e EIV. Mas tal fato, em suma, é omitido nos jornais de grande circulação que não esclarecem os motivos tecidos nos processos para a paralisação da obra. Geralmente, transferem aos moradores responsáveis pela liminar, a suspensão das obras, ocultando as deficiências da prefeitura na condução do projeto na favela.

Outra prática para reconhecer a intervenção urbanística é o superdimensionamento dado ao fator “área de risco” nas reportagens e pronunciamentos do poder público. Apresentei como importante fonte o contra laudo técnico elaborado pelo FCP, principal movimento de oposição às obras, mas reconhecendo a sua parcialidade na construção do mesmo. A constatação do exagero no uso de área de risco, portanto, fora melhor justificada pelas fontes judiciais. A decisão da justiça esclarece que o embargo das obras deve-se a falhas da própria prefeitura no planejamento da obra, mediante ao descumprimento de medidas sancionadas em lei, tais como: a promoção de audiências pública e relatórios de impactos de vizinhança e ambiental.

Vimos que por ocasião dos megaeventos esportivos sediados na cidade, a área portuária tornou-se um foco de investimentos de capitalistas. Essa ação não é excepcional ao governo de Eduardo Paes, já tendo ocorrido uma tentativa de “modernizar” a região portuária com o programa “Porto Novo”, durante a gestão do prefeito César Maia. Essa modernização teria como foco principal a produção cultural na região e, no caso específico da Providência, chegou-se a criar o “Museu a Céu Aberto da Providência”, sem muito sucesso, diante do controle do território pelo tráfico de drogas. Tal projeto também não encontrou sustentação, devido a divergências políticas nas diferentes esferas do poder público, solucionado na gestão atual.

Os investimentos maciços que visam recuperar o espaço que fora abandonado ao longo dos anos pelo poder público, diante de diversos fatores como a perda de importância do porto do Rio de Janeiro e do título de capital do país e a criação da perimetral, levaram a concentrar a atenção do capital financeiro na região. O discurso para tal ação se assenta na necessidade de devolver aos cariocas esse pedaço da cidade que se encontra abandonado, preenchendo o vazio instituído. Esse “vazio” foi relacionado à ausência de negócios e do grande capital que agora já está preste a ser solucionada com a chegada de grandes empresas na região, construindo uma ideia de progresso com uma maior urbanização do local, geração de empregos e espaços de cultura.

Mas tornou-se imprescindível, no decorrer dessas páginas, ressaltar que esses investimentos ocultam a negligência quanto à questão social e tende a promover gradativamente uma gentrificação do local, afastando a população tradicional desta área central para a periferia da cidade, devido às transformações urbanísticas no local que vão encarecer o valor da terra. Em especial, o Morro da Providência, por ser um forte alvo de especulação turística no seio da Zona Portuária.

Além da gentrificação, tentou-se comprovar as mudanças do cotidiano da favela que estão sob-risco, promovendo uma quebra nos laços de solidariedade estabelecidos na favela a tempos. Logo, o movimento de resistência se justifica não apenas pela possível perda econômica e geográfica - com a alteração do lugar -, mas também pela perda dos costumes característicos do local e o valor das relações de vizinhança que expressam uma identidade construída naquele espaço.

Com isso, vemos o movimento de resistência na Providência utilizar a argumentação histórica como um recurso para justificar a permanência no morro, evocando seus antepassados, responsáveis pela formação da primeira favela da cidade. Mostrando como a

busca pela cidadania busca raízes nesse passado histórico, consagrado na memória urbana, como uma estratégia de legitimar seus direitos.

A argumentação histórica também se tornou um dos principais dispositivos legais para as ações do governo, sendo utilizada a história e as atividades culturais na região como argumento para a presença da prefeitura na favela, com a entrada da UPP e dos projetos de urbanização.

Os relatos sobre o descaso com os moradores, através de ações que desconsideram os direitos fundamentais de moradia e informação, com a intensa exposição à abordagens ilegais que ferem o sentido de cidadania, defendido pelo Estado dito democrático, foram tratados como uma enorme contradição, sobretudo, quando se pensa na manutenção das raízes históricas da Providência. A construção de uma urgência em levar o progresso aos moradores da favela não tem aplicação lógica, quando para isso, é preciso retirar boa parte dos próprios representantes dessa história. Com isso, vemos crescer cada vez mais os desentendimentos entre o poder público e os moradores atingidos com essas obras.

O Estado foi entendido como uma representação máxima da condensação da luta de classes em movimento, expressando o seu alinhamento às classes hegemônicas, mas que também é afetado pelas forças subalternas que resistem a opressão e que se utilizam de diversos mecanismos para disputar o poder nesse Estado. Dessa forma, têm-se as concessões estabelecidas que são resultantes dessa disputa de classes e frações de classes.

O Estado trabalha não só com a ordem de intervenção direta, buscando na justiça garantir seus objetivos no lugar, mas também procura atrair uma opinião pública favorável às suas ações, sendo a opinião pública entendida aqui como uma construção social, imbuída de interesses classistas.

As obras logo passam a serem divulgadas como um esforço do Estado de desenvolver a favela, inserindo-a na cidade. Objetivo que acaba por transformar o espaço da Providência (e demais espaços da AEIU) em mercadoria, uma vez que busca pela valorização fundiária para alimentar o capital-financeiro que visa apenas lucrar com a forte atuação nesse novo espaço.

Com isso, buscou-se sustentar a ideia de que o Porto Maravilha é mais um exemplo de “modernização conservadora” implementada na história do Rio de Janeiro, que não compartilha os sugeridos “progressos” com a população de baixa renda. E que o programa “Morar Carioca” que o integraliza é apenas uma ramificação desse modelo hegemônico de modernização.

Por fim, busquei defender a ideia de que a tensão existente no movimento de resistência às remoções na Providência não se limita a um maniqueísmo clássico apenas entre Estado e a população favelada. A ação (ou melhor), a falta de ação da Associação de moradores já é um ponto de instabilidade na construção de uma luta coletiva, que contribuiu para uma ausência de unidade. A associação não só não se envolve com o movimento, mas atua como uma “apaziguadora” do conflito, tentando esclarecer possíveis melhorias do projeto.

Além do conflito apresentando entre associação de moradores e a então, comissão de moradores, também foram apresentadas divergências entre projetos culturais encabeçados por agentes da própria comunidade. Uma relação pautada por constante conflito e negociação que caminha em busca de uma unidade, em favor da favela e seus moradores, mas que ainda parece não ter se encontrado.

Contudo, o intuito do trabalho foi detalhar a ação e reação das obras do Morar Carioca no Morro da Providência que compõe o Porto Maravilha, a fim de evidenciar o objeto de estudo analisado como um reflexo dos processos de gentrificação dos centros urbanos que surgem como uma tendência global. E, a partir desse movimento de ação e reação, levantar hipóteses quanto às transformações na favela e os impactos sobre a população que ajuda a construir a história urbana do Rio de Janeiro há mais de um século.

População essa que vive entre ameaças e incertezas sob o teto e paredes de casas flutuantes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª Edição, Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir e Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da história*. In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BIDOU, Catherine Zachariasen. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. Rio de Janeiro: Editora Annablume, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A opinião pública não existe*. In: THILLEN, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981.
- _____. *Condição de Classe e Posição de Classe*. In: *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 19ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. P. 221-222.
- _____. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Cia das Letras – 2002.
- CORREIA, Roberto Lobato. *O espaço Urbano*. São Paulo, 4ª Ed. Editora Ática, 2000.
- FERREIRA, Álvaro. *O porto e o bonde no início do século XX e no início do século XXI: Novas exclusões*. IN: *Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas em América y Europa*. Universidade de Barcelona, 2012.
- DAMÁSIO, Antônio. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, P.284-294
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. 2ª Ed.- Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FORAGI, Rafael. *Uma análise do Programa Minha Casa, Minha Vida*. 2012. Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Economia. Univerisdade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013. P. 408
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. Hucitec, 2002.
- HERMANO, Vianna. *O mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.
- PANDOLFI, D. e GRYNSPAN, M. *Poder público e favelas: uma relação delicada*. In: Cidade: história e desafios. Lúcia Lippi Oliveira (Org.). Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.
- PERLMAN, Janice. *O Mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1977.
- POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder e o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal de Urbanismo. Departamento Geral de Doc. Inf. Cultura, 1986.
- RODRIGUES, Nathália Mota. *Vivendo as ladeiras do Barroso: um olhar sobre o Morro da Providência*. In: Histórias de Vida: experiências com História Oral. ROLLEMBERG, Denise (Org.) – Niterói: Editora Eduff, 2012.
- SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos Santos. *E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963-1993) – memória e história oral*. Rio de Janeiro, 2009. 247 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2007.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1988.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

VALLADARES, Lícia Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ZACHARIASEN, Catherine Bidou. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro. 5ª Ed. Editora FGV, 2006.

ZYLBERBERG, Sônia. *Morro da Providência: Memórias da Favella*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação e Cultura, 1992.

PERIÓDICOS

BARBOSA, Luis Eduardo. Abertura do Seminário de Geografia realizado na UFJF. *Revista de geografia – N° Especial*. Vol. 1, p. 1-6, 2013.

BENTES, Júlio Cláudio da Gama. Análise dos Planos Urbanísticos Recentes para a região portuária do Rio de Janeiro. Artigo apresentado em *Simpósio Temático: Diferentes Reflexões sobre Desafios e Perspectivas para as áreas portuárias do Rio de Janeiro e Niterói*.

ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós –Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2010.

BRUM, Mário S. Ditadura Civil-Militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). *Cad. Metrop.*, São Paulo, v.14, n.28, jul-dez de 2012.

FREIRE, Medeiros Bianca. Favela como Patrimônio da Cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 38. 2006.

SANTOS, C. N. F. Em trinta anos passou muita água sob as pontes urbanas. *Espaço & Debates*. São Paulo, v. 1, n. 11, pp 28-40.

HARVEY, David. *Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade*. Revista Novos Cadernos NAEA. Vol. 12. N° 2, p.269-274, 2009.

PEREIRA, Marcus Abílio. Movimentos Sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião Pública*, vol.18, no.1 Campinas, Junho 2012.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. *Memória e esquecimento*. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1986.

SOUSA, Maria das Dores. As associações de moradores e seu papel no exercício da cidadania aliada aos direitos humanos. *Evento GT-6, Educação, Movimentos Sociais e Direitos Humanos, 2004.*

LEIS E DECRETOS

Lei nº 10.257 de 10/07/2001 – Estatuto da Cidade.

Lei Complementar nº 101/2009, cap. I, Artigos IX, XII, XIII e XV.

Lei Complementar nº 101/2009, cap. III, seção IV.

Decreto 6.057 de 23/08/1986 (IRPH).

FONTES PRIMÁRIAS

Relatório de Violações de Direitos e Reivindicações de 24/05/2011. Realizado pelo Fórum Comunitário do Porto.

Relatório de Análise de Riscos da Comunidade do Morro da Providência. Realizado pelo Fórum Comunitário do Porto.

FONTES AUDIOVISUAIS

BARRADAS, Adriana; SILVA, Alessandra; DUARTE, Ana Clara; MOREIRA, Carlos. *Casas Marcadas*, Brasil, 2012. 10 min. Link para consulta: https://www.youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k

QUACK, Anderson; PILAR, Luiz Antônio. *Remoção*. Brasil, 2013. 1h25min.

Reportagem ESPN – *Comunidade em risco: Morro da Providência sofre com ‘defensoria olímpica’*. Brasil, 3:18min. 08/04/2014. Link para consulta: http://espn.uol.com.br/video/402145_comun

Cultura Urbana. *Remoção no Morro da Providência*. Brasil, 5:02min. Link para consulta: <https://www.youtube.com/watch?v=xr0x-HpwYhE>

Jornal Nova Democraci. *Moradores do Morro da Providência ameaçados de remoção pela prefeitura*. Brasil, 4:48min. Link para consulta: <https://www.youtube.com/watch?v=AnhS1xRUFec>

FONTES ORAIS

Entrevista concedida em 05/12/2009 por Ester Aury Carvalho, moradora da Ladeira do Barroso, 131.

Entrevista concedida em 09/04/2011 por J.C., morador da Ladeira do Barroso.

Entrevista concedida em 02/10/2013 por Maurício Hora, morador do Largo da Igreja Nossa Senhora da Penha.

Entrevista concedida em 28/04/2014 por Vera Lúcia Ferreira, moradora da Ladeira do Barroso 238.

Entrevista concedida em 28/04/2014 por Francisca da Silva Almeida, moradora do Largo do Oratório.

Entrevista concedida em 28/04/2014 por Maria Helena dos Santos, presidente da Associação dos Moradores da Providência.

FONTES JUDICIAIS

Processo (ação cautelar) nº 0290882-36.2011.8.19.0001

Processo (ação principal) nº 0115786-70.2012.8.19.0001

Agravo de Instrumento nº 0003162-47.2013.8.19.0000

Agravo de Instrumento nº 0047748-43.2011.8.19.0000

Agravo de Instrumento nº 0001542-97.2013.8.19.0000

SITES CONSULTADOS

www.portomaravilha.com.br

<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com>

www.onwatch.org.br / Relato das favelas cariocas. A história de uma família do Morro da Providência.

http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/verso_e_prosa.aspx. AIMÉ, Mariana. Morro da Providência em verso e prosa. 15/08/2012.

www.tjrj.jus.br

www.ufjf.br